

Blumenau em cadernos

TOMO XXXII

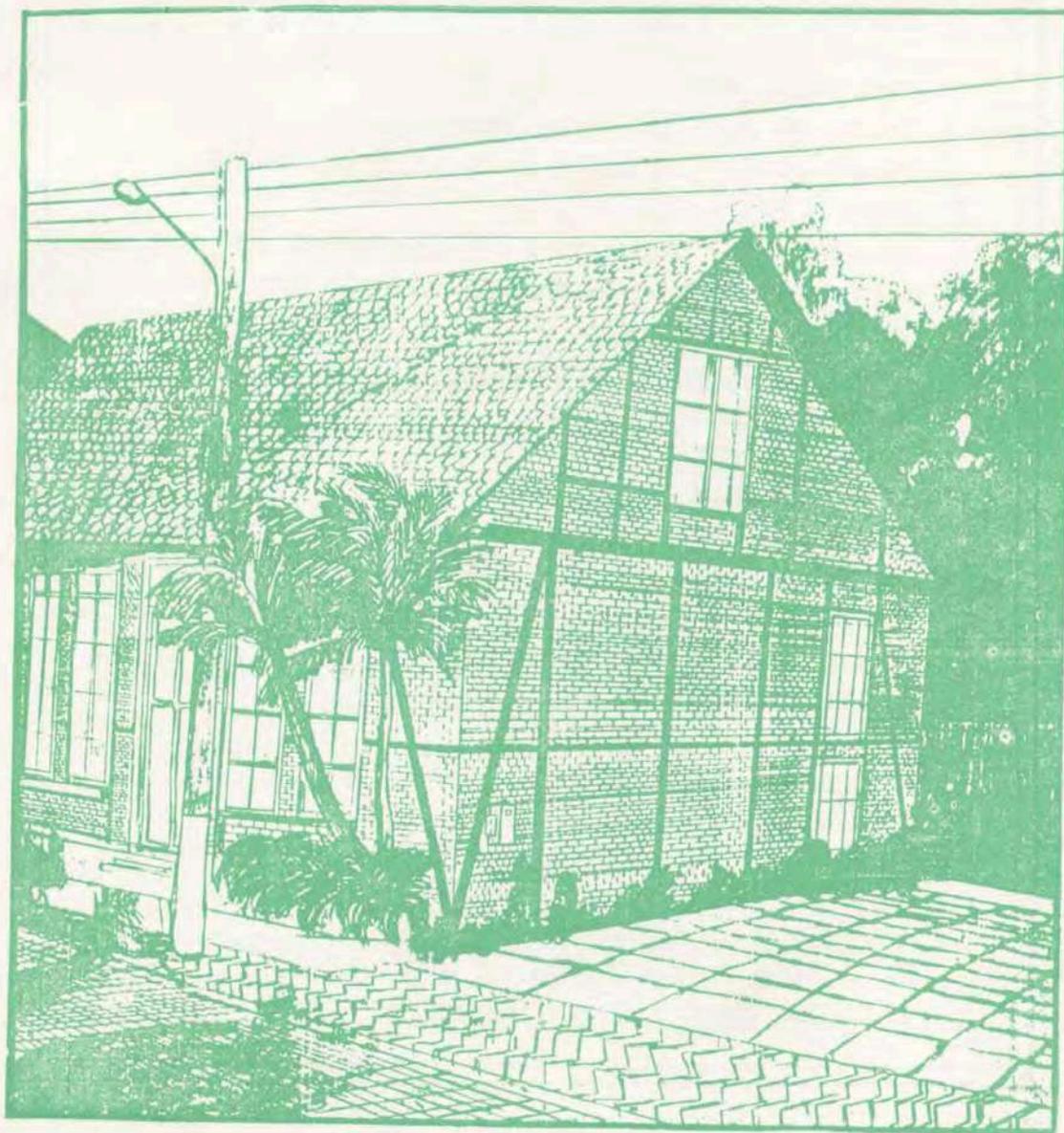
Fevereiro de 1991

Nº. 2

PORTE PAGO

DR/SC

ISR-58 - 603/87



A QUEM DEVEMOS A REGULARIDADE DESTAS EDIÇÕES

A FUNDAÇÃO "CASA DR. BLUMENAU", editora desta revista, torna público o agradecimento aos aqui relacionados pela contribuição financeira que garantirão as edições mensais durante o corrente ano:

TEKA — Tecelagem Kuehnrich S/A.
Companhia Hering
Cremer S/A. Produtos Têxteis e Cirúrgicos
Casa Willy Sievert S/A. Comercial
Gráfica 43 S/A. Indústria e Comércio
Distribuidora Catarinense de Tecidos S/A.
Livraria Blumenauense S/A.
Schrader S/A. Comércio e Representações
Companhia Comercial Schrader
Buschle & Lepper S/A.
João Felix Hauer (Curitiba)
Madeireira Odebrecht Ltda.
Móveis Rossmark
Arthur Fouquet
Paul Fritz Kuehnrich
Dietrich Schmidt
WANGNER — Reutlingen — R.F.A.
Walter Schmidt Comércio e Indústria
Eletromecânica Ltda.
Cristal Blumenau S/A.
Moellmann Comercial S/A.
Casa Mayer
Lindner, Herwig, Shimizu — Arquitetos e Associados
Sul Fabril S/A.
Auto Mecânica Alfredo Breitkopf S.A.
Maju Indústria Textil Ltda.
HOH Máquinas e Equipamentos Ind. Ltda.

BLUMENAU EM CADERNOS

TOMO XXXII

Fevereiro de 1991

Nº. 2

SUMÁRIO

Página

Círculo Trentino de Blumenau — Tradutor Alfredo Scottini	34
O primeiro movimento socialista catarinense — Antônio R. Nascimento	35
Autores Catarinenses — Enéas Athanázio	41
Registros de Tombo anotados pelos Padres Franciscanos — Pe. Antônio Francisco Bohn	43
Subsídios Históricos — Coordenação e Tradução: Rosa Herkenhoff	47
Subsídios à Crônica de Blumenau — Frederico Kilian	48
Cartas	50
Tatuí — Hermes Justino Patrianova	51
Notas à história de Gaspar (I) — Pe. Antônio Francisco Bohn.....	52
Imposto de bebidas fabricadas no Brasil — Francisco da C. Silveira	59
Um pouco da história de Apiúna — Miguel Deretti	60
Aconteceu... — Dezembro de 1960	63

BLUMENAU EM CADERNOS

Fundado por José Ferreira da Silva

Órgão destinado ao Estudo e Divulgação da História de Santa Catarina
Propriedade da FUNDAÇÃO "CASA DR. BLUMENAU"

Diretor responsável: José Gonçalves — Reg. n.º 19

Assinatura por Tomo (12 n.ºs.) Cr\$ 650,00 + 350,00 (porte) = Cr\$ 1.000,00

Número avulso Cr\$ 50,00 — Atrasado Cr\$ 100,00

Assinatura para o exterior Cr\$ 1.200,00 + 800,00 (porte via aérea) Cr\$ 2.500,00

Alameda Duque de Caxias, 64 — Caixa Postal 425 — Fone: 22-1711

89.015 — B L U M E N A U — S A N T A C A T A R I N A — B R A S I L

Capa - Desenho: Elias Boell Júnior * Clichê: Gentileza da Clicheria Blumenau Ltda.

Círculo Trentino de Blumenau

Tradutor Alfredo Scottini

(Tradução para o Português de um artigo publicado no jornal «Trentinos no Mundo» em novembro de 1990).

Com a assembléia dos sócios, aos 12 de julho de 1990, efetuou-se a constituição oficial do Círculo Trentino de Blumenau, no Estado de Santa Catarina, no Brasil. No decorrer da assembléia, da qual participaram mais de cinquenta sócios, foi aprovado o estatuto, elegeu-se a primeira diretoria e foram propostas as linhas funcionais e programáticas.

A diretoria ficou assim constituída: Presidente: Vânio Orlando Vicenzi; vice-presidente: Danilo Anesi; secretário: Alfredo Scottini; vice-secretário: Emiliano Stolf; tesoureiro: Jaime Tomaselli; responsável pelo patrimônio: Arnaldo César Longo; responsável social: Marlise Girardi Waldrich; conselheiros de administração: Dirce Moser, Udolino Campestrini, Jaime Floriani, José Fantini, Vilmar Paterno. Conselheiros: Auri Bertelli, Esperio Campestrini, Sílvia Pascoli, Valdir Poffo e Vancio Bona.

Blumenau é uma cidade com uma população de 200.000 habitantes, com 80% de origem alemã e com 18% de origem trentina. O grupo trentino embora no contexto de uma cultura germânica predominante conseguiu manter a sua identidade, sobretudo na conservação da língua, dos usos, dos costumes e das tradições, no orgulho de liames a uma terra na qual ainda se percebe haver raízes, não obstante que devam ser procuradas.

A nova diretoria do Círculo já iniciou a campanha de adesão e em apenas dois meses os sócios de 45 cresceram a 154. «Cada dia chegam outros, cada um buscando um pouco de italianidade. É muito belo e dá coragem para fazer sempre algo mais», escreve-nos o secretário do Círculo, Alfredo Scottini.

E Liseta Poffo que junto com a irmã Odete está entre os promotores do Círculo, passando por Trento, veio visitar-nos e nos contou do entusiasmo que a iniciativa suscitou entre a comunidade trentina de Blumenau, detendo-nos também sobre o programa, em parte, já executado, tanto é verdade que já surgiu um grupo de danças folclóricas, confiado à professora Leticia. Deu-se andamento a um curso de língua italiana aos cuidados de Alfredo Scottini, constituiu-se um coral para a música popular e folclórica e, quinzenalmente, se reúne para um serão com cantos, degustação de pratos típicos, fala-se italiano, interessam-se sobretudo os jovens pela cultura da origem. Elegeu-se também uma miss, a bela Thaise Poffo, expressão autêntica da juventude trentina.

O coro e o grupo folclórico já se exibiram por ocasião das festas trentinas, organizadas pelo Círculo Trentino de Rio dos Cedros e tiveram participação também nas programações da Oktoberfest da cidade de Blumenau.

O começo é, portanto, entusiasmante e estamos certos de que os dirigentes do Círculo saberão continuar com programas sempre mais contagiantes, máxime no setor da cultura e da tradição.

O primeiro movimento socialista catarinense

Antônio R. Nascimento

Inspirados no «socialismo utópico» de Charles Fourier (1772-1837), um grupo de europeus veio ao Brasil e, na Península do Saí, S. Francisco do Sul, tentou fundar uma Colônia.

Vida e obra de Charles Fourier foram bem descritas pelo Prof. Walter F. Piazza, em Blumenau em Cadernos, Tomo XIII, nº. 4, pág. 63, abril de 1972 («Fourierismo» em Santa Catarina).

Segundo Carlos da Costa Pereira (História de S. Francisco do Sul, 1984, pág. 139), o falanstério do Saí foi anterior ao do Texas, motivo por que, a nosso sentir, a colônia catarinense pode ser considerada a primeira tentativa mundial de se implantar um regime socialista, malgrado a idéia já existisse desde os tempos de Platão.

São escassas as notícias que temos a respeito desse movimento pioneiro. Parece-nos que o Almirante Henrique Boiteux foi o primeiro historiador a tratar do tema (O Falanstério do Saí, RIHGSC, vol. XII, 1º. semestre de 1944, págs. 47/90). Temos notícia até de pesquisadores estrangeiros que vieram a Santa Catarina em busca de notícias e nada encontraram. Recentemente, Walter Fernando Piazza retomou o tema (Santa Catarina: sua História, 1983, pág. 259), acrescentando mais alguns valiosos subsídios. Há, na Biblioteca de Paris, uma carta de Louise Bachelet. «a falansteriana que adotara a colônia do Saí como sua pátria definitiva» (Alberto Rangel, no Rolar do Tempo, citado por C. da Costa Pereira,

na ob. cit.). Costa Pereira, sob o pseudônimo de Arsênio da Gama, escreveu a novela E OUVIRAM UM TIRO NA FLORESTA, publicada no jornal Vanguarda e, depois, no Anuário Catarinense, edição do ano de 1952. É, no fundo, o relato da tragédia do assassinio de Basile Bolaine, falansteriano e marido de Marie Virginie, «por cuja beleza Dosiré Mayons, piloto do brigue que conduzia a segunda leva de colonos de todas as profissões arrebanhados na França, perdera a cabeça, levando-o ao homicídio, a despeito da amizade que o prendia à vítima». A autópsia do cadáver foi feita pelos Drs. Guilherme Darrouzain e Eduardo Deyrolles. O último radicou-se em S. Francisco, sendo que sua mulher Josefina Logeine Deirolles acabou seus dias na mais completa miséria, já viúva em 1884 e desamparada por seu filho Manoel Júlio Deirolles, conforme tivemos oportunidade de escrever em trabalho anterior.

Brasil Gerson, ilustre franciscanense, jornalista e historiador, conhecido por sua História das Ruas do Rio, descendente de Marcos Goerrensen e de Carolina Schneider (batismo de Oscar, 19.4.1859, e de outro Oscar, 03.9.1861, livro nº. 13), pesquisou o falanstério do Saí e publicou o que descobriu no Jornal do Comércio do RJ. Conforme ele, o Dr. Benoit Joseph Mure ou Bento Júlio Mure, autor do projeto de colonização, encaminhado ao Ministro do Império de D. Pedro II, aos 17.12.1840, foi também

o fundador da homeopatia no Brasil, tendo ensinado essa matéria no Rio de Janeiro, após o malogro da Colônia do Saí. Segundo também referido Brasil Gerson, em conversa pessoal, a escolha da Península do Saí teria tido por base o livreto «L'ILE DE SAINT-FRANÇOIS ET LA PÊCHERIE D'ITAPOCOROIA, FRAGMENT DE LA PARTIE INÉDITE DES VOYAGES DE M. AUGUSTE DE SAINT-HILAIRE, MEMBRE DE L'INSTITUT (EXTRAIT DES NOUVELLES ANNALES DES VOYAGES), impressa em Paris por «A. Pihan de la Forest, Imprimeur de la Cour de Cassation, rue des Noyers, n. 37», em data que não logramos apurar, mas certamente anterior a publicação de 1851 e à colonização de ... 1842, lembrando-se que Saint-Hilaire esteve entre nós de 1816 a 1820. Esse capítulo, assim como informações pessoais do autor, ainda de acordo com a opinião de Brasil Gerson, demonstram que a França esteve muito interessada nas viagens de seu sábio pelo Brasil. Cremos que tal publicação se deu por volta de 1820, pois o autor se refere à população catarinense de 1812 e de 1818.

Aos 11.12.1841, o Dr. Benoit firma um contrato com o Governo do Império para a formação de uma colônia industrial de quinhentas pessoas, em duas léguas quadradas do Saí, onde era vedada a participação do trabalho escravo (Piazza, ob. cit., pág. 260). Três dias depois, chegava ao RJ o navio «Carolina du Havre», com os primeiros cem colonos, que partiram para a Península do Saí aos 30.12.1847, após o que foram seguidos por mais 117. Alguns foram estabelecer uma serraria nas margens do Rio Itapocu, em terras do Cel. Francisco de Oliveira Camacho, que, cer-

tamente, deve ter tido seu papel em tal colonização.

Sobre o malogro do sonho socialista, assim se expressa Walter F. Piazza:

«Sendo uma colônia de artesãos e operários especializados, faltou-lhe a necessária base agrícola para a subsistência, apesar de todos os seus esforços, mas não tinham, por outro lado, mercado amplo e próximo para suas habilidades profissionais. De outro lado, a Colônia se instalou em área de difícil desbravamento, de intensa floresta atlântica. A situação tornou-se tão crítica que o representante do governo da França, no Rio de Janeiro, em 1844, solicitou ao seu governo que obstasse o embarque de novos membros para aquela colônia, tendo em vista que se aprontavam cerca de mil nos portos franceses. E o governo catarinense determinou ao Inspetor da Colônia, Tenente-Coronel José da Silva Mafra, que procedesse o arrolamento de todas as propriedades e das oficinas pertencentes à sociedade. Por sua vez, na França, foi dissolvida a sociedade, enquanto que os «falansterianos» se espalhavam pela Província de Santa Catarina, aportando, aqui e ali, individualmente, a sua contribuição especializada. E, deste modo, esfacelou-se um sonho socialista...» (ob. cit.) «e com os franceses não temos semelhante pacto em tratado algum. Porém, como a esse porto vão também naus inglesas, devo advertir V. M. que com esta nação estipulamos em dois tratados que, fugindo para terra alguma pessoa da equipagem dos seus navios, as justiças e governos fariam diligências por havê-la em seu poder, para se repor nos navios, e, assim, se deverá executar nos ca-

sos que ocorrerem. Na mesma carta V. M. diz que, atendendo a necessidade de povoadores, admitira a casarem e se domiciliarem na terra os ditos marinheiros e soldados franceses que haviam desertado dos navios, que o mesmo tinha praticado com os espanhóis de uma nau que naufragara, e, igualmente, o praticaria com as mais que se achassem nos mesmos casos, se Sua Majestade assim o houvesse por bem. Não aprovou o mesmo Senhor este expediente, atendendo ao perigo que se considera em se estabelecerem nesse porto e costa quaisquer pessoas das quatro nações: espanhola, francesa, inglesa e holandesa, porque em alguma ocasião pode a sua assistência vir a ser de grande prejuízo. Agora, porém, que os sobreditos se acham já estabelecidos com o consentimento de V. M., como seria o menos próprio o expulsá-los, o expediente que convirá seguir é de mandá-los morar muito pela terra adentro, dando-lhes sesmarias que a isso os convidem, aos espanhóis para a parte da Curitiba, e, aos franceses para a parte do Tebiquari e Vião, Lisboa, 14.9.1748. M. Antônio de Azevedo Coutinho».

Por aí se vê que a Colônia do Saí contrariava a antiga política lusa acerca da imigração francesa. No caso particular de Santa Catarina, vamos encontrar inúmeros espanhóis como genearcas de famílias no litoral norte. Assim, p. ex., José de Toledo Pizza, natural de Badajós, Espanha, filho de pai de igual nome e de Josefa Maria Ribeiro, casou-se, em S. Francisco, com Margarida Francisca, filha de Pedro Alves da Cunha e de Maria dos Passos. José Liberato de Toledo, seu filho, casou-se, por

seu turno, com Maria Correia, filha de Manoel Afonso Moreira e de Maria Correia da Graça, neta paterna de João Afonso Moreira e de Helena Dias de Santa Ana, e materna de Manoel da Silva, natural do Porto, e de Maria Correia. Sua neta Joaquina, batizada aos 30.6.1833 (livro nº. 8), casou-se, aos 23.6.1859 (livro nº. 7), com Manoel Pereira, natural de Fizeu, Portugal. Os Budal Arins, ao que supomos, são outro exemplo disso, pois, descendendo de Pedro Budal e Francisca Arim, adotaram o costume hispânico de inverter a ordem dos patronímicos (materno e paterno).

Cremos, porém, que ainda há muito por ser contado acerca de tal assunto, que pode ser considerado em aberto na historiografia catarinense. Veja-se, p. ex., que, muito antes da fundação da Colônia do Saí (1842), já havia um francês radicado em S. Francisco: Henrique Doin, «francês de nação». Assim foi que a Câmara, aos 02.11.1829, contratou com ele a fundição de três novos sinos para a igreja (Carlos da Costa Pereira, ob. cit., pág. 119). Como se vê, dominava ele a técnica da fundição, malgrado não tenha conseguido cumprir o ajuste, que foi passado ao luso João Pereira Liberato, natural do Porto, filho de Felipe Liberato e de Ana Maria (batismo de Antônio, 22.8.1830, livro nº. 8). Henrique Marins Doin, que este era seu nome completo, era filho de Guilherme Doin e Luiza Polar, naturais da França, e foi casado, em primeiras núpcias, com a francisqueusa Susana Maria da Conceição, filha de Cipriano Inácio de Meneses e de Maria de Jesus, neta paterna de João Inácio Espíndola e de Maria de Santo Antônio, naturais

da Ilha Terceira, é materna de José de Meneses e de Maria de Santo Antônio, naturais da Ilha do Faial, conforme se vê no batismo de Maria, aos 3.9.1831 (livro nº. 8). Posteriormente, em segundas núpcias, casou-se com Ana Maria Wané ou Wanner, certamente francesa, mãe de Carolina, batizada aos 15.9.38 (livro nº. 9) e de Eusidório (20.11.1839), irmã, ao que presumimos, de um Antônio Luiz Wanner, casado com Maria Rosa da Conceição (batismo de José, aos 28.3.1844, (livro nº. 9), que também se encontrava em S. Francisco antes da Colônia do Saí, como se vê no fato de ter sido padrinho de José, aos 06.07.1841. Esse Antônio Luiz Wanner, Wané ou, ainda, Wanves, era católico, pois, aos 11.3.1865, sua filha Laurentina Maria da Conceição casou-se com Francisco Wileke ou Wilekekon, filho de Francisco Wileke e de Catarina Wyzama, pelo casamento misto (cultus disparitas et ecclesiae). Logo a seguir, Francisco Wileke (livro nº. 7 de casamentos) enviuvou, passando a segundas núpcias com Felisbina Maria de Jesus, filha de Manoel Francisco da Rocha e de Maria Dias de Oliveira, moradores no Rio do Monte de Trigo, neta paterna de Faustino da Rocha e de Floriana Rosa, e materna de Manoel Dias de Ramos e de Maria Lemes da Silveira, também pelo casamento misto. O noivo é dado como natural de Hamburgo e a cerimônia se deu em casa de Teodoro Wedekin, que também foi testemunha. Vê-se, pois, que esses Wanner fizeram parte de uma corrente imigratória anterior ao Falanstério do Saí, adaptando-se à cultura catarinense da época, Teodoro Wedekin, a sua vez, «natural do Reino de Hanno-

ver» e «viúvo de Henriquetta Setemendt Holtishsimto», como se grafou no casamento de 15.9.1861, casou-se com Carolina Luisa Doin, filha do já referido Henrique Doin e de Ana Maria Wanves, Wanner, ou Wané (livro nº. 7), sendo o casamento celebrado pelo rito católico. Por tal rito, outrossim, casou-se Frederico Luiz Teodoro Martinho Neuschaeffer, aos 23.5.1860, «natural da Alemanha, Ducado de Hehlenburg» (sic), filho de Guilherme Neuschaeffer e de Maria Benke, com Ana Virgínia da Conceição, filha de Joaquim Antônio de Oliveira Cercal e de Joaquina Maria de Jesus, neta paterna de Antônio de Oliveira Cercal e de Ana Maria de Miranda, e materna de Antônio dos Santos de Oliveira Falcão e de Ana Afonso Moreira, tendo por bisavós, respectivamente, João de Oliveira Cercal, Capitão Amaro de Miranda Coutinho, João de Oliveira Falcão e João Afonso Moreira. Perfeito exemplo de integração do ádvena com a comunidade local, que nos parece provir da identidade religiosa. Na mesma época, igualmente, um Martinho Liberato de Freitas, «natural de Hamburgo», filho de Francisco Simão de França e de Ana de Freitas (está visto que os nomes foram portuguesesados), casou-se com Carolina ou Geraldina Maria da Rosa, filha natural de Custódia Maria Rosa (1º.3.59, livro nº. 7). Do mesmo modo, um José Nicolau Ciuffa ou Cinfia, «natural da freguesia da Bastilha, Província de Nápoles», casou-se com Inácia Rosa de Jesus, filha de Manoel Joaquim da Luz e de Maxima Rosa de Jesus (1.10.1859). Ambos os casamentos pelo rito católico. Registramos, outrossim, aos 12.6.1866, o casamento de Adão Frederico Heyn, «natural da cidade

de Hamburgo», filho de João Henrique Heyn e de Cristiana Henriette Chevalbon, com Messiana Catarina, natural da freguesia da Penha de Itapocorói, filha de José Manoel de Guimarães e de Maria Catarina da Luz. Henrique Marins Doin Júnior, filho do sobredito Henrique Doin e de Ana Maria Wagner, casou-se aos 29.1.1859, com Claudina Rosa de Jesus, filha de Libório da Cunha Maciel e Ana Rosa de Jesus, neta paterna de Manoel Maciel da Cunha e de Quitéria Inácia, e materna de Tomás Pereira e de Rosa Maria, todos naturais da Ilha de SC e, provavelmente, descendentes dos açorianos.

É possível que muitos desses nomes sejam provenientes da Colônia do Saí, pois os «falansterianos» não foram exclusivamente franceses, como se vê no batismo de Amélia, aos 02.7.42, filha de Francisco Pamatella, «natural de Ferrara, Estado Romano» (sic), e de Maria Joaquina Adélia, «natural de França», que teve por padrinhos Manoel Vicente da Silveira Nóbrega e sua mulher Maria Rofina Nóbrega, «todos moradores desta freguesia».

Entretanto, parece-nos, até onde chegamos em nossas pesquisas, que a maioria era composta por franceses, como se vê nos seguintes exemplos: Alberto, «francez» (sic), batizado aos 26.8.1842, filho de Ludri ou André Leão e de Rosa Guizarde, «todos naturais da França»; José, aos 28.4.1844, filho de Augusto Adolfo Teysseire e de Maria Luiza Blagan, «franceses»; Umbelina, aos 07.4.1844, filha de José Francisco Maignin e de Margarida Victorine Bender, «franceses»;

Pedro Croux, padrinho de Antônio, batizado aos 07.4.1844; Ignácia Maria de Jesus Waner, madrinha de Carolina, aos 15.9.1838, filha de Henrique Marin Doin, «francês de nação».

Essa política imigratória de enviar para o norte de Santa Catarina os elementos hispânicos fica bem evidenciada no caso de um guarani das Missões Guaraníticas. Foi «enviado» para S. Francisco, pois de outra forma não poderemos entender a presença lá de um Miguel de São Tiago, «natural de Missiones de Rio Grande», filho de pai de igual nome e de Micaela Maria, ambos também de «São Miguel de Missiones», casado com a francisquense Florência Alves, filha de José das Neves, «pardo, natural de Cananéia», e de Ana Maria, «parda, natural desta freguesia», conforme está no assento batismal do filho Joaquim (13.5.1804), livro nº. 5). Certamente, os costumes hispânicos desse guarani aculturado levaram a Coroa a remetê-lo para São Francisco do Sul, bem longe da fronteira disputada aos espanhóis.

Assim não é de surpreender um Teodósio Alamás, casado com Maqalhiana Maria Fagundes, «moradores no Rio de Itapocu», em 1º.4.1840, quando do batismo da filha Ana (livro nº. 9). A região já estava bastante despovoada de indígenas, muito embora um ano antes da fundação da Colônia do Saí (1842) ainda se apanhassem buques na região hoje compreendida por Joinville e S. Francisco, como se vê no seguinte assento batismal:

«Aos 20.5.1841, batizei e pus os santos óleos em Felicidade, BUGREZINHA, da idade de mais ou menos três meses, cuja foi apa-

nhada pelo Sr. Francisco Machado Pereira. Foram padrinhos: Angeli- no da Silva Barbosa e Maria Cla- ra, todos desta freguesia. O Vigá- rio Antônio Joaquim Pereira Ma- lheiros». (livro nº. 9).

Isso ocorreu dez anos antes da fundação de Joinville (1851) e, no mesmo dia, 20.5.1841, Francis- co Machado Pereira batizou a seu filho Francisco Machado da Luz, que viria a ser o sétimo Prefeito de Joinville (1881 a 1883).

Para se compreender o fra- casso da Colônia do Saí, registre- se, outrossim, o escaso povoamen- to da região, a ponto de, aos 29.7.1804, no batizado de Felipe, José de Oliveira Cercal, «preto li- berto, natural de Paranaguá, filho de Apolônia, preta liberta», casar- se com Joana Alves, «índia» (sic), filha de Inácio Alves de Siqueira e de Felipa da Silva, como anotou o padre subscritor do registro batis- mal. No batizado de Joaquim, aos 13.3.1805, filho de Gonçalo de Góis e de Margarida Antônia, neto paterno de Vicente de Góis, natu- ral de Paranaguá, e de Ana Car- dosc, e materno de Anselmo Antu- nes e de Maria Dias, o padre res- salvou que « todos são índios natu- rais e batizados nesta freguesia». Tratava-se pois de índios aculturados.

Ajustou-se a proibição do tra- balho escravo na Colônia do Saí porquanto, naquela época, já se previa o término da escravidão e só então o elemento negro come- çava a se constituir em grande este- io da agricultura incipiente da- quella região. A prova disso está em que, segundo os livros citados, poucos eram os escravos crioulos, isto é, nascidos da mescla de bran- co com negro.

Outro exemplo significativo é o do batismo de Luiz, aos 30.5.1841,

filho de João Antônio ALEMÃO e de Isabel Maria de Jesus (irmão de Maria, batizado aos 16.3.40, li- vro nº. 9, e de Antônio, 24.6.1838, «idem»). Aliás no relativo ao imi- grante teuto, S. Francisco já con- tava com representante desde 18.8.1833, quando foi batizado Ma- noel, filho de João Frederico Hangh, natural de Hamburgo, filho de pai de igual nome e de Catari- na Maria, cuja mãe, também Cata- rina, era filha de José de Ozedas e de Maria Madalena, neta pater- na de Salvador de Ozedas e de Maria da Silva, e materna de Sal- vador Dias Peres e de Leonor da Costa (livro nº. 8). João Frederico Hangh e Catarina Maria também tiveram a filha Úrsula, batizada aos 08.10.1839 (livro nº. 9), ou seja: mais de uma década antes da fun- dação de Joinville (Colônia D. Francisca).

Na Penha, então Capela de S. João Batista de Itapocoróí, «fre- guesia da Matriz de N. S^a. da Gra- ça», aos 03.4.1811, vamos encon- trar um sueco lá residindo e per- feitamente integrado: João Alberto da Silva, filho de João Balboa e de Albertina Rosenthal ou Rulembar, «de nação sueca», casado com Joana da Silva, filha de Domingos da Silva Veloso e de Ana da Silva (batismo de Manoel, 03.4.1811, li- vro nº. 1). Ou melhor, desde 06.4.1808, quando foi batizada Ana, irmã do referido Manoel. No ba- tismo de Domingos, aos 09.3.1811, filho do mesmo casal, os avós pa- ternos são dados como «naturais do reino da Suécia», sendo que os maternos são nomeados por Do- mingos da Silva Coutinho e Ana da Silva. Esse João Alberto da Silva surge, em S. Francisco, aos 14.10.1829 como padrinho de Ma- ria. Depois disso, nada mais con- seguimos apurar.

ENFIM, ALGO DE NOVO

Sempre se tem afirmado que escrever a respeito de situação não vivida pelo autor ou sobre aquilo que ele desconhece, além de ser um desafio é também uma temeridade. Assim, para ficar com dois exemplos, a destinação do personagem a uma profissão de segredos ignorados pelo seu criador é, quase sempre, destiná-lo também ao fracasso como ente literário; viver na obra a experiência do velho, com as coisas próprias da idade, quando o autor é jovem, eis outro obstáculo que poucos logram superar.

Quando Monteiro Lobato, já bafejado pela crítica e pelo público, mas ainda moço, resolveu escrever as páginas das «Memórias de um velho», não conseguiu convencer. Aquelas páginas soavam falsas, sem consistência ou alicerce na existência do escritor. Tudo parecia mera atitude e nada existe que comprometa mais a obra literária que a falsidade. Comentando essa frustrada iniciativa do taubateano, não hesitou o crítico Edgard Cavalheiro em afirmar que ela era falsa a partir do título.

Mas o catarinense Apolinário Ternes, historiador e jornalista, enfrentou esse desafio em sua primeira incursão na área da ficção. O personagem-narrador de sua recente novela «Os Manuscritos de Von Klopper» (1991), Carl Willy Klopper, é um professor aposentado, de 75 anos de idade, desfrutando «de uma pacata aposentadoria». Embora ele julgue que «é sempre mais difícil falar da gente, especialmente se deseja sinceridade», seu discurso decorre com naturalidade, a linguagem parece adequada à sua condição e consegue convencer o leitor. Vencida essa preliminar, a penetração no texto se desenvolve com rapidez à medida que vai sendo criado o suspense que cerca as investigações do personagem sobre a personalidade, a vida e o legado até então desconhecido de seu bisavô, o enigmático Carl August von Klopper. Isso implica dizer que o autor conseguiu superar esse obstáculo tão difícil, no qual tantos outros têm esbarrado.

A novela, além disso, contém aspectos que me parecem inovadores, pelo menos em nosso Estado. Creio que é a primeira vez que se publica uma novela que é, ao mesmo tempo, de fundo histórico e introspectivo, ou psicológico, onde ambas as características permanecem íntegras. Com efeito, em relação ao primeiro aspecto, ela guarda fidelidade aos acontecimentos históricos que servem de baliza para sua fixação no tempo decorrido em Joinville, São Bento e o bairro de Vila Pinheiro, bem como à paisagem local, costumes e outras facetas decorrentes da colonização germânica. E quanto ao segundo aspecto, as ações — que

não são muitas — acontecem em função das incansáveis elocubrações íntimas do personagem-narrador, seus exercícios de filosofia e imaginação, e sua ânsia incontida de desvendar o segredo do bisavô, falecido há muito tempo e cuja imagem vai se montando a partir de dados escassos. «Só aos quarenta anos, homem feito e vida arrumada, é que me tornei prisioneiro desse personagem, de cujo fascínio e admiração acabei mortalmente ferido» — confessou ele.

Dividida em duas partes, a novela se desenvolve em capítulos de texto compacto, onde o diálogo é raro e cede lugar ao monólogo, como é próprio do gênero. Na primeira delas — «A Busca» — o autor arma a narrativa dos elementos ficcionais necessários e vai preparando terreno para o clímax a ser atingido na segunda parte. Nessa parte inicial é que surgem os elementos históricos, geográficos, familiares e biográficos, as «lendas» sobre Von Kloppper, as informações às vezes desencontradas a respeito dessa personalidade singular e os mistérios que a cercavam, inclusive aqueles seis anos em que andou desaparecido, ainda na Alemanha, sem que jamais se soubesse onde andara. Em «O Legado», a segunda parte, acontece a revelação tão habilmente preparada. O encontro do «testamento», cercado de coincidências e detalhes intrigantes, expõe o místico, o iniciado, o pensador que buscou (e encontrou) a serenidade e a sintonia espiritual com o cosmo. É todo um sistema orgânico de idéias e contém impressionantes previsões sobre a vida do novo Século — o nosso. O «testamento» inesgotável de um sábio.

Escrita em linguagem límpida e clara, a novela de Apolinário Ternes impressiona e surpreende pela profundidade dos conceitos. É um lançamento marcante. Enfim, algo de novo.

NOVOS LANÇAMENTOS

Foram lançados no período: «Rosário/Moçambique/Natal dos Pretos: Tem Festa na Penha», ensaio de autoria de Maria do Carmo Ramos Krieger Goulart, onde a celebrada pesquisadora dissecou a presença negra no município litorâneo da Penha e sua participação influente no folclore da região. Trabalho muito bem feito e fundamentado, que foi lançado oficialmente em cerimônia pública na sede daquele município; «Poetas contemporâneos brasileiros», segundo volume da Coleção Prata Nova, uma antologia poética onde se destaca a participação do catarinense Dinovaldo Gilioli, também editor da Revista Pantanal, órgão da Elase; «A Figueira», revista literária em prosa e verso, em seu número inicial, editada pelo grupo do mesmo nome, encabeçada por Abel B. Pereira e Iberê Parebal (Endereço: Rua Edson Areas, 4 — Trindade — 88025 — Florianópolis); «Galope Poético» nº. 32, editado pelo poeta Jurantir Schmidt, de Joinville.

Realizou-se em Florianópolis, no hall da Biblioteca Pública do Es-

tado, a exposição «Alguma Poesia», de Carlos Drummond de Andrade, reunindo fotos, textos e posters sobre a vida/obra do poeta.

A POESIA É INDISPENSÁVEL

Para encerrar, transcrevo aqui o pequeno poema que me foi enviado por Jurandir Schmidt, um poeta sempre preocupado, muito justamente, com os contínuos ataques à natureza:

«Exposição

Jurandir Schmidt

Pago entrada
para ver-te canoro
belo e prisioneiro.
Pago entrada
para custear teu sustento
ou enriquecer
teu dono?»

Registros de Tombo anotados pelos Padres Franciscanos

Termos do Livro de Tombo (XVIII)

Pe. Antônio Francisco Bohn

Ano de 1954

(1) Provisão de faculdades ao vigário, em 28.02.

(2) Provisão aos coadjutores, em 25.02.

(3) Faculdades aos coadjutores, em 25.02.

(4) Provisão das capelas Santo Antônio de Ribeirão Branco, São Miguel na Itoupava Central, São Ludgero de Rio do Teste, São José de Teste Salto, Cristo Rei na Velha, Santa Isabel no Garcia Alto e Nossa Senhora da Glória, no Garcia.

(5) Carta de D. Pio sobre vocações sacerdotais, em 22.01.

(6) Pedido de contribuições

para o seminário, em 22.01.

(7) Afastamento de D. Inácio para tratamento de saúde, em 22.01.

(8) Provisões de confessores em favor de Fr. Bráz Reuter e Fr. Marciano Kront, em 11.04.

(9) Provisão de coadjutor em favor de Fr. Lúcio Hogefeld, em 15.04.

(10) Licença para a realização da procissão do Senhor Morto, em 15.04.

(11) Circular do Sr. Bispo tratando sobre as inovações na oração do SS. Sacramento e Ladainha de Nossa Senhor (sem data).

(12) Realização do Congresso Mariano Diocesano, Bodas de Prata de D. Pio e Ramalhete Espiritual.

(13) Pedido de contribuições ao Seminário, em 29.05.

(14) Recomendação ao Prof. Orlando Brasil às eleições, em 06.09.

(15) Negativa quanto a realização de crismas na paróquia «in articulo mortis», em 10.09.

(16) Licença para bênção da imagem de N. S. de Fátima na capela de Cristo Rei, em 30.11.

Crônica de 1954:

(17) Vinda das Irmãs Catequistas Franciscanas para atuação nas capelas e escolas isoladas, em 04.01.

(18) Procissão luminosa em honra a N.S. de Fátima, em 11.02.

(19) Festa na Itoupava Norte para compra de um terreno, em 14.02.

(20) Pedra fundamental da escola de São José no Garcia, em 21.02.

(21) Comunhões pascais na matriz, em 21.03 a 11.04.

(22) Nomeação de Fr. Lúcio como coadjutor da paróquia, em 09.04.

(23) Exposição da maquete da nova matriz e realização da festa de Corpus Christi com ornamentação de rua.

(24) Reabertura das funções religiosas na Escola Agrícola, em 05.09.

(25) Celebração das 1as. Eucaristias na matriz de 215 crianças, em 31.10.

(26) Visita de D. Inácio à matriz e realização de 356 crismas, em 14.10.

(27) Jubileu de ouro das Filhas de Maria, em 08.11.

(28) Movimento religioso de 1954:

Batizados (1.458) casamentos (321), comunhões (135.000), 1as. comunhões (496).

Ano de 1955

(1) Transferência das faculdades do vigário de Indaial para o vigário de Blumenau, em 15.01.

(2) Renúncia oficial de D. Pio e nomeação de D. Inácio Krause como administrador apostólico da Diocese de Joinville, em 28.01.

(3) Nova tabela de emolumentos, em 08.03.

(4) Licença para binação de missas nos dias 19 e 25.03.

(5) Provisões e faculdades ao vigário e coadjutores, em 24.04.

(6) Licença para a celebração de missa campal no dia 1º de Maio, em 28.04.

(7) Provisões das capelas, em 14.04.

(8) Uso de ordens para os padres franciscanos de passagem por Blumenau, em 03.05.

(9) Faculdade de «adjuração de heresia», em 18.05.

(10) Provisão dada aos coadjutores, em 17.05.

(11) Faculdades dadas aos coadjutores, em 17.05.

(12) Nomeações dos confesores ordinário e extraordinário das Irmãs, em 05.06.

(13) Carta circular sobre os preparativos do XXXVI Congresso Eucarístico no Rio, em 05.06.

(14) Carta circular do Sr. Administrador Apostólico sobre o Óbulo de S. Pedro, em 06.06.

(15) Instruções da Cúria sobre as coletas, em 24.06.

(16) Circular de D. Inácio sobre a administração dos sacramentos em 10.11

(17) Circular de D. Inácio sobre o Dia Nacional de Ação de Graças, em 17.11.

(18) Comunicação sobre as inovações nas orações oficiais, em 03.12.

(19) Circular de D. Inácio sobre a modéstia dos trajes na Igreja (sem data).

(20) Relatório da Cúria sobre a prestação de contas das paróquias (sem data).

Crônica de 1955

(21) Novo horário de missas, em 01.01.

(22) Dia do onomástico do vigário, em 03.02.

(23) Instalação das comissões locais para o Congresso Eucarístico, em 21.02.

(24) Desfile dos escolares e estudantes católicos, em 19.03.

(25) Campanha para angariar fundos pró-cobertura da nova matriz, em 06.03.

(26) Comunhões pascais coletivas em grande número, em 27.03.

(27) Retorno de Fr. Efrém da Alemanha, em 20.04.

(28) Celebração da Semana Santa e procissão de 6a.-feira Santa.

(29) Celebração do Dia dos Congregados, em 08.05.

(30) Celebração da Festa de Pentecostes, em 20.05.

(31) Coroação de N. Senhora, em 31.05.

(32) Missões realizadas no Garcia, de 05 a 11.06.

(33) Festa de Corpus Christi, em 09.06.

(34) O «Luzeiro Mariano» passa a ser o órgão dos congregados em toda a diocese, em 19.06.

(35) Novos aluguéis para as lojas localizadas na rua XV, em 08.07.

(36) Participação dos paroquianos blumenauenses no Congresso Eucarístico Internacional no Rio, de 17 a 24.07.

(37) Visita do Cardeal Vendel da diocese de Munique — Alemanha — à paróquia de Blumenau, em 25.26.07.

(38) Comemoração do cinquentenário da capela de Santa Isabel no Garcia e bênção da construção, em 31.07.

(39) Visita do 1º. bispo da diocese de Tubarão, D. Anselmo Pietrulla, em 12.08.

(40) Campanha pró-decência dos trajes na Igreja, realizada pelas senhoras da paróquia, em 04.09.

(41) Comemoração do Dia das Missões, em 23.10.

(42) Celebração da 1a. Eucaristia de 312 crianças na matriz, nos dias 23 e 30.10.

(43) Visita de Fr. José Mojica, ex-astro de cinema à paróquia e apresentação no Carlos Gomes, em 07.11.

(44) Realização da «Festa dos Bordados» pró-construção da nova matriz, em 13.11.

(45) Bênção da nova capela de Teste Salto por D. Inácio Krause, em 27.11.

(46) Movimento religioso de 1955.

Batizados (1.617), casamentos (390), comunhões (144.250), 1as. comunhões (479).

Ano de 1956

(1) Provisão e faculdades em favor do vigário, em 24.01.

(2) Faculdades em favor dos coadjutores, em 24.01.

(3) Provisão dos coadjutores, em 24.01.

(4) Provisão de pleno uso de ordens ao vigário e coadjutores, em 24.01.

(5) Circular do Sr. Bispo sobre a reforma da liturgia da Semana Santa, em 06.03.

(6) Pedido de instrução reli-

giosa destinada aos evangélicos luteranos na escola São José no Garcia, em 30.07.

(7) Imprimatur ao livro de Cânticos e orações preparado pelas Irmãs Catequistas, em 20.08.

(8) Celebração do Domingo da Bíblia, em 13.09.

(9) Ereção canônica das Obras Pontificias da Propagação da Fé, da Santa Infância, e União Missionária do Clero, em 12.10.

(10) Licença para a celebração de missa campal, em 17.10.

(11) Licença para a bênção de parte da nova matriz e demolição da antiga, em 17.10.

(12) Licença para a exumação dos restos mortais de Luis Alberto Berndt do cemitério de Blumenau para Porto Alegre, em 07.11.

(13) Licença para a celebração de missa campal na gruta de N. S. de Lurdes, em 07.11.

(14) Circular sobre a reunião do clero diocesano em janeiro, em 12.12.

Crônica de 1956:

(15) Representação teatral da comunidade alemã, em 01.01.

(16) Pela dificuldade de importação do vidro «antique» para a nova matriz, solicitou-se audiência com o presidente da República, em 24.01.

(17) Falecimento de Fr. Cristiano Grossenbrink, em 31.01.

(18) Festa na Itoupava Norte em prol da futura Igreja, em 05.02.

(19) Transferência dos freis Severino e Marciano para o Rio de Janeiro e Sorocaba, em 10.02.

(20) Chegada de Fr. Roberto Ebbert como coadjutor, em 11.02.

(21) Chegada de Fr. João Maria Roetge como coadjutor, em 14.02.

(22) Fr. Bráz Reuter assume o coral da matriz, em 20.02.

(23) Chegada de Fr. Odorico, em 27.02.

(24) Realização das Comunhões Pascais na matriz.

(25) Escritura do terreno na Itoupava Norte para construção da nova Igreja, em 28.03.

(26) Festa do Divino Espírito Santo, em 20.05.

(27) Festa de Corpus Christi, procissão e coroação de N. Senhora, em 31.05.

(28) Recepção de 40 zeladoras no Apostolado da Oração, em 08.06.

(29) Licença para a importação dos vidros para a matriz, em 15.06.

(30) Inauguração das instalações sanitárias na matriz, em 21.06.

(31) Colocação dos caixilhos para os vitrais, em 25.06.

(32) Comemoração dos 500 anos do Angelus na liturgia (sem data).

(33) Realização da Semana Bíblica, de 01 a 08.07.

(34) Festa popular na Itoupava Norte para arrecadação de fundos pró-construção da Igreja, em 12.07.

(35) Visita do governador Jorge Lacerda a Blumenau, em 02.09.

(36) Dissolução da Pia União das Filhas de Maria e transformação em Congregação Mariana Feminina, em 30.09.

(37) Recepção de 38 noviços na Ordem Terceira de S. Francisco, 04.10.

(38) Remuneração dos professores da escola São José será incumbência do governo estadual, em 07.10.

(39) Celebração do Dia das Missões, em 21.10.

(40) Celebração da 1a. Eucaristia de 221 crianças na matriz, em 28.10.

(41) Campanha pró-vitrais jun-

to à firmas, famílias e particulares, em 04.11.

(42) Demolição da antiga matriz com autorização eclesiástica, em 12.11.

(43) Novos estatutos para a Conferência Vicentina, em 13.11.

(44) Visita do arquiteto Gottfried Boehm e sua esposa à matriz em construção, em 21.11.

(45) Doação da madeira para

a confecção dos bancos para a nova matriz feita pelo Sr. Udo Schadrack que era evangélico, em 01.12.

(46) Te Deum de agradecimento pelo ano que finda, em 31.12.

(47) Movimento religioso de 1956:

Batizados (1.543), casamentos (331), comunhões (177.595), 1as. comunhões (525).

Subsídios Históricos

Coordenação e Tradução: Rosa Herkenhoff

Continuação do artigo publicado no «Kolonie-Zeitung» de 22 de abril de 1871.

SAMBAQUIS III

Outra observação feita durante as mencionadas pesquisas, é a seguinte: Caso as conchas tivessem sido trazidas pelas águas, ou se os moluscos tivessem morrido no lugar em que viviam, as conchas estariam fechadas, ou se elas se abrissem no momento da morte, as duas valvas estariam uma perto da outra — o que não acontece. Raramente as duas partes se encontram uma próxima da outra. Em geral ficam distantes, demonstrando que, na hora da abertura, o consumidor as lançou para o lado. E, finalmente, não se pode conceber como os nossos riachos do Litoral de tão pouco volume, possam ter causado inundações tão violentas, a ponto de acumular montes inteiros, num só local. Se estas observações nos levam à conclusão de que os nossos sambaquis não foram trazidos pelas forças da natureza, mas, ao contrário devemos à sua formação a seres humanos muito primitivos, quase semelhantes a animais, devemos admitir, que aquele povo primitivo escolhia propositadamente lugares fixos ou ilhotas ou pântanos, para suas moradas, a fim de se proteger contra o ataque de animais ferozes ou de seus semelhantes, estabelecendo-se exatamente sobre os despejos de suas refeições. É possível também que à medida de sua evolução, cada tribo daquele povo primitivo — do mesmo modo como certos indígenas da época atual — tenha construído uma cabana coletiva, de tamanho condizente ao número de moradores sobre estacas no brejo. Neste caso, os selvagens teriam atirado as cascas dos moluscos ingeridos assim como os ossos de animais ou de algum ser humano devorado para variar, simplesmente para fora da maloca o que explicaria o formato alongado de alguns sambaquis, como por exemplo, o do Morro do Ouro do Schroeder.

Pouco a pouco o monte de cascas crescia até formar verdadeira trincheira, que situada na água, oferecia excelente proteção contra qua-

ques inimigos. O sustento dos habitantes ao longo da costa era o mais fácil do mundo, era só tirar da lama, os moluscos existentes na água salobra e a qualquer hora se arrajava uma farta refeição.

Tudo parece indicar, que os nossos índios atuais não são descendentes daquele povo primitivo tão pobre de espírito e de posses materiais, que nada pôde deixar de herança às gerações posteriores, senão os despojos de suas refeições, pois os indígenas brasileiros não se alimentam apenas de moluscos, mas sim, também da caça. No entanto, talvez a cultura trazida pelos europeus tenha influído nos costumes dos povos primitivos, quando foram rechaçados do Litoral para as florestas do interior. É interessante notar que a nossa população brasileira considera os sambaquis como cemitérios de antigos habitantes, onde aparecem animais de outro mundo, causando pavor aos transeuntes, durante a noite, a mesma sensação de medo que sentem os agricultores alemães quando passam perto de uma praça de patíbulo ou junto a um cemitério.

A denominação SAMBAQUI pode ter relação com «sam, samb», que na língua tupí significa «aldeia». Segundo a explicação do Conde Baril, num artigo publicado no Diário do Rio, a palavra sambaqui vem de «samb» + «aqui», de língua portuguesa, como se os primeiros colonizadores portugueses tivessem exclamado; «samb-aqui», isto é: «aqui existe uma aldeia».

Subsídios à Crônica de Blumenau

Por Frederico Kilian

Um chiqueiro serviu de sala de aula para a primeira escola dos imigrantes

Quando se lê hoje em dia as notícias de que centenas de famílias dos «Sem terra» ficam acampadas na Capital do Estado, aguardando uma solução do Governo para a sua situação, vem-nos à mente a difícil situação dos primeiros imigrantes que para aqui vieram no intuito de criar um novo lar em nova pátria. Vasculhando velhos calendários e jornais da época com relato dos primórdios de novos núcleos coloniais, deparei com a descrição do escritor Viktor Schleiff, sobre a fundação da então localidade de Nova Breslau.

«Foi a 1º. de janeiro de 1904

quando no local onde os rios do «Índic» e «Kraul» se unem, um grupo de imigrantes assentaram o seu acampamento. Homens robustos e fortes para aqui vieram com suas famílias. Já no mesmo dia foi derrubada a primeira árvore e limpado uma pequena área para o acampamento, e como a maioria dos imigrantes procedia da Suíça, denominaram o local de «Neu-Zürich» que significa Nova Zurique.

Em trabalho coletivo começaram a derrubada das árvores e roçado o matagal, para o preparo das áreas destinadas às construções, nos diferentes lotes que foram distribuídos entre os imigran-

tes. Da mesma forma foram erigidas as primeiras choupanas para as famílias. Os primeiros colonos que ali se estabeleceram foram:

Grage, Wilhelm Goebel, Leitiz, Alexandrowitsch, Krumm, Eberhard, Stefan, Guths, os irmãos Wenzel, Stunitz, Knoebel e Kipfer. Com afinco os recém-chegados começaram a trabalhar, e como a maioria ainda possuía algum dinheiro, podiam eles contratar alguns homens, moradores da região, com prática no desmatamento e construção dos casebres. Cheio de esperanças os novatos acreditavam no crescimento e desenvolvimento do lugar e já no dia 1º de Setembro se reuniram para fundar uma escola, pois para os imigrantes de origem germânica, a preocupação primordial era a educação de seus filhos e só depois perguntavam: O que vamos comer? — e «Como vamos morar?». — O problema no momento era: «Como conseguiremos um prédio escolar?» — O colono Grage havia construído, além de sua casa também um bom estábulo para criação de porcos, que pretendia iniciar, porém ainda não estava ocupado com tais animais grunhentes. — «Que tal, Grage», exclamou um dos colonos, «Se você pusesse o seu estábulo à disposição para servir de sala de aula da nova escola? Pois por enquanto não tens porcos para abrigá-los nele». A proposta agradou a todos e foi aceita pelo colono Grage e assim o seu chiqueiro transformou-se no primeiro institu-

to pedagógico de Neu-Zürich. O próprio senhor Grage, que recebera sua formação escolar no Seminário Baptista de Hamburgo, foi nomeado professor desta nova escola colonial, na qual ainda iria exercer este cargo por muitos anos. Logo após resolvido o problema da sala de aula, todos puzeram as mãos à obra e em curto tempo foram construídos mesas e bancos de palmitos rachados e alizados e já no dia seguinte 15 alunos ocupavam estes bancos e eram instruídos pelo novo mestre-escola, senhor Grage, que no período livre, dedicava-se também, com sua família aos trabalhos de colono, como os demais moradores do local.

Este local foi se desenvolvendo com os anos, mudando seu nome por várias vezes. De «Neu-Zürich», passou a chamar-se «Neu-Breslau», passando depois a ser chamado, por curto tempo, de «Nova-Breslau», quando foi este nome mudado para «Dalbérgia» em homenagem a um membro da família do Pacificador dos Índios, Eduardo de Lima e Silva Hoerhan, voltando, mais tarde a ser denominado novamente «Nova-Breslau» nome este que, na época da nacionalização foi mudado para «Getúlio Vargas», mas como este nome já constava em uma localidade no Estado do Rio Grande do Sul, foi alterado para o de «Presidente Getúlio» o qual conserva até a presente data como sede do município do mesmo nome.

Cartas

Da conceituada historiadora Maria do Carmo R. K. Goulart, recebemos:

«Penha, 29 de janeiro de 1991.

Editoria de Opinião.

Senhor Redator.

No artigo «O livro e seus problemas» (Enéas Athanázio, DC/Opinião, 19/01/91), a redação destaca que o «silêncio e a ausência dos escritores são fatos que nos afetam bem de perto, são poucos que falam sobre o que produzem. Aqui o crítico Enéas aborda o tema da edição, distribuição dos livros no Brasil, ressaltando as dificuldades pelas quais passa o escritor quando lança-se ao desafio de escrever e querer publicar sua obra. O caso, ao meu ver, torna-se mais desafiante quando o autor é independente, ou seja: produz e edita o livro às suas custas.

Escrevo como experiência pessoal e porque passei pelo processo recentemente — quando do lançamento do livro: «Rosário/Moçambique/Natal dos Pretos: Tem festa na Penha», Impresso na Imprensa Universitária, Florianópolis, dezembro de 1990, 95 páginas, apresentação de Iaponan Soares, o livro em questão é resultado de uma pesquisa sobre cultura popular aqui em Penha — litoral norte de Santa Catarina, conforme segue exemplar anexo.

Desde a idéia de transformar o trabalho em livro até a noite de lançamento (Caixa Econômica Federal de Penha, 18/01/91) — os problemas surgidos foram constante desafio para quem ainda busca divulgar precária e artesanalmente, o resultado de sua produção independente.

A ausência de uma relação contendo nomes de críticos literários é afins em Santa Catarina, aliada à inexistência de «entidades fortes que congreguem os escritores e expressem o seu pensamento como classe» (no mesmo artigo do sr. Enéas) leva o autor — independente como sua obra —, a malabarismos do tipo: enviar material de divulgação para tantos jornais de que atuam na imprensa catarinense quanto o escritor achar que eles (os jornalistas) possam dar a divulgação necessária. Neste caso, muitos correspondem ao apelo e oferecem, através a leitura diária de seus fiéis leitores, a certeza de que o acontecimento — no caso, a divulgação de um livro — alcance o objetivo.

Realmente, o surgimento de um livro com qualidade artesanal, como eu própria qualifiquei a publicação sobre a festa do Rosário nos cartões que acompanharam o convite para o lançamento do livro, anteriormente enviado à análise do sr. Enéas, dá-se em meio a um grande problema: os custos de uma obra (datilógrafo, papel, despesas com correio, relação de fotos, revisão, etc. etc. . . .).

Impossível, em termos de qualidade editorial, pensar mais alto ou melhor: pensar até que é viável. Difícil torna-se viabilizar o projeto — pelo menos enquanto «Edição do Autor».

Atenciosamente,

Maria do Carmo Ramos Krieger Goulart

Avenida Indaial 487 — Penha — SC

Telefone (0473) 45-0799

C.I. 7R. 109.949/SC»

TATUÍ

Hermes Justino Patrianova

Copiamos, hoje, do nosso Livro inédito — TOPÔNIMOS BRASILEIROS COM TRADUÇÃO DOS DE ORIGEM INDÍGENA — 4.000 páginas de Geografia, História e Língua Tupi, o Topônimo que segue.

«TATUÍ

Cidade e Município do Estado de São Paulo, Povoado, Vila e Distrito fundados em 1826, Cidade e Município em 13-02-1844, da Microrregião de Tatuí, denominados, anteriormente, Tatuuvu, Tatuú e Tatuibi. ORIGEM TUPI: ITĀ = 'TA (Concha) + (T)UBA = TUB' = TU' (Deitado, que jaz, emborcado) = CONCHA DEITADA = CONCHA QUE JAZ = CONCHA EMBORCADA = TATU (Tatu, animal de caça, muito apreciado) + Y = I (Água, Rio) = RIO DO TATU = ÁGUA DOS TATUS = TATUY — TATUÍ.

Plínio Ayrosa — PRIMEIRAS NOÇÕES DE TUPI: — 'TATUÍ (Tatu-hy) — O tatu pequeno, o tatuzinho. Se for tatu-hy dirá Rio do Tatu».

Certo. Tatuí é tatuzinho e Tatuí é Rio dos Tatus, isto é, **Rio das Conchas Emborcadas.**

Cristóvão de Mauricéa — NOMES GEOGRÁFICOS ABORÍGENES: — «TATUÍ — Rio ou Lagoa de tatus (Mamífero desdentado coberto de escamas); de tatu-hy».

Rio dos Tatus está certo. Lagoa dos Tatus seria **Tatupaba, Tatupá, Tatuú.** Estas últimas versões

Mais um compromisso - o sétimo, com BLUMENAU EM CADERNOS, De transcrever mais um étimo Para os ARQUIVOS MODERNOS Da TECA F. MÜLLER (blau !) Da CASA DE BLUMENAU!

também significam, respectivamente, **Travessão do Tatu, Todos dos Tatus, Bebedouro dos Tatus.** E como se trata de uma Cidade, não fica afastada a idéia de Tatuzinho; de TATU (Animal referido) + I (Diminutivo, pequeno) = TATUZINHO = TATUÍ.

João Mendes de Almeida — DICIONÁRIO GEOGRÁFICO DA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO: — «TATUÍ — Corruptela de T-ytu-i, perseverantemente sujo».

O resto das explicações não abranda em nada a sujeira tradutiva em que persevera o Autor do **Dicionário Geográfico...**

Antônio Geraldo da Cunha — DICIONÁRIO HISTÓRICO DAS PALAVRAS PORTUGUESAS DE ORIGEM TUPI: — «TATUÍ — TUPI — Tatu'i, de Ta'tu (Tatu) + 'I (Pequeno). Espécie de tatu».

Errado. Tatuí não é **tatu pequeno**; não existe a Espécie **tatuí**; o que existe é a contração de **tatuíra**, para **tatuí**. **Tatuíra** é um crustáceo marinho, um tatuzinho comestível que dá nas areias das Praias.

CURIOSIDADE

Tatuapé não quer dizer que o animal possa andar de Metrô, pois significa — **Caminho dos Tatus!**

«A ARTE NO BICO DO PAPAGAIO

Esculpido em pedra pela ação do tempo e parecido com uma gigantesca cabeça de papagaio em

pêrfil, esta obra de arte da natureza constitui um dos principais cartões postais de Itajaí. Há quem diga que o nome Itajaí teria sido inspirado aos Índios justamente por tal monumento. E é por isto que dificilmente deixa de fotografá-lo». — (Do Jornal ROTA DO SUL — Nº. 1 — página 12 — de agosto 1990).

ELUCIDANDO — Vê-se que o articulista de ROTA DO SOL não muito bem informado quanto ao

Monumento granítico da Estrada para o Balneário de Cabeçadas ser uma grande cabeça de papagaio. Na verdade, pois, de trata de um JAÓ DE PEDRA, que deu nome indígena a Itajaí: ITÁ (Pedra) + JAÓ, reduzido a JA (Pássaro da Família dos Tinamídeos) + Y (Rio) = RIO DO JAÓ DE PEDRA = RIO DA PEDRA JAÓ = ITÁ-JA(Ó) - Y = ITAJAÍ. (Veja PEQUENO LIVRO, deste Autor, Edição 1966, páginas 45 a 50).

NOTAS À HISTÓRIA DE GASPAR (I)

Pe. Antônio Francisco Bohn

Como uma espécie de introdução ao 2º. livro de Tombo da paróquia São Pedro Apóstolo de Gaspar, encontra-se no arquivo da paróquia um manuscrito de 26 páginas intitulado: «Notas para a História e Corographia da Parochia de São Pedro Apóstolo do Gaspar», sem autor mencionado. Nesta síntese, alguns aspectos importantes da história são mencionados. Trata-se de um documento de grande importância, nestes artigos que seguem, procuramos transcrever, na íntegra, o que segue:

«São Pedro Apóstolo do Gaspar é o nome inteiro da Parochia situada no Rio de Itajahy-assú com sua Sé entre os dois ribeirões Gaspar Grande e Gaspar Pequeno pouco mais ou menos 50km distante da embocadura do Itajahy-assú no Oceano Atlântico. O lugar tem comunicação com a cidade de Itajahy por um caminho de rodagem de 40 km, com Brusque através de Barracão por um caminho de 30 km e com Blumenau por uma estrada de

15 km. Posição geográfica: 26º 56' sul-latitude e 48º 75' Oeste-longitude de Greenwich, da Barra do Rio de Itajahy; Latitude 26º 54' 30" sul e longitude de 48º 39' 35" a oeste de Greenwich. Primeiros habitantes: os primeiros habitantes desta região foram os índios chamados Carijós.

Frei Antônio de Santa Maria Jaboatam no seu livro: Novo Orbe Seraphico Brasilico» Vol. I, p. 30 diz destes Índios: Era a habitação deste gentio, desde o Rio Gananéa até o dos Patos que está em 28 graus, por quasi setenta léguas da costa. Confinavam pela Cananéa com os Goayanazes e pelo Rio dos Patos com os Tapuyas. Tinham os Goayanazes suas pelegas, mas em campo descoberto, e tanto que o que ficava de peor partido se acolhia ao mato, se dava por seguro porque nem uns nem outros sabiam pelejar entre elle. Era pouco bellicoso e de muita razão e o mostravam especialmente em não comerem em nenhuma

sorte de carne humana, nem mattavam a pessoa branca. Sustentavam-se de peixe e caça e de algumas lavouras e plantavam a mandioca. Vivia esta gente em casas bem cobertas e taipadas com cascas de árvores, pelo frio que é grande por aquellas partes e vestiam-se neste tempo com peles de animais que mattavam para comer, lançando uma para diante e outra para trás. A linguagem era a commum das Costas, com as mais gentilidades.

Os Índios «Corvados» parecem ser os descendentes dos Carijós e os «Botocudos» descendentes dos Goyanazes. Destes ultimos índios diz Jaboatam, Vol. I, p. 28 o seguinte: O gentil Goayanás occupava desde Angra dos Reis até o Rio de Cananéa ao Sul, aonde hião confinar com os Carijós por algumas cincoenta leguas de Costa. Fazem com os seus vizinhos os Tamoyos de Angra dos Reis tinham suas guerras, mas era quando provocados por elles e fora de guerra não matava este gentio a outro, mas dos que ficavam prisioneiros so se serviam delles como de escravos. Se encontravam com gente branca, não lhe faziam mal, antes boa companhia. Não costumavam fazer guerra aos seus contrarios fora dos seus limites, nem os hião buscar as suas terras e vivendas, porque não sabiam pelejar entre o mato, senão no campo aonde i-viam e se defendiam dos Tamoyos, quando os buscavam muy valorosamente. Não eram maliciosos, nem falsarios, antes gente simplez e bem acondicionada e muy faceis para serem qualquer coisa que se lhes introduzia e com estes teve pouco que fazer Martim Affonso de Souza em S. Vicente na fundação desta Capitania. Não

plantavam lavouras e só usavam para sustento da caça, peixe e fructas silvestres. Não viviam com aldeias, com casas arrumadas como os Tamoyos, seus vizinhos, mas em covas pelos campos debaixo da terra, nas quaes tinham fogo de dia e de noite e faziam as suas camas de pelles dos animaes que matavam para comer. A sua linguagem era differente das dos seus cizinhos mas entendiam-se com a dos Carijós, na côr e porção do corpo como os Tamoyos. Elles tinham uma causa muy extravagante na morte dos seus. Quando fallecia algum destes, com elle enforcavam juntamente um certo numero de pessoas, que fossem mais chegadas ao defunto ou em parentesco ou amizade. Diziam elles, devia ser assim para que o defunto lá na outra vida tivesse gente do seu partido e condição com quem conversar e divertir-se.

Primeiros brancos que encontraram-se com os Carijós:

O primeiro navio Europeo que aportou na Costa de Santa Catharina, morada pelos índios Carijós e de que temos conhecimento, foi o navio francez «Espoir» com o capitão Binot Paulmier de Conneville e uma tripulação de 60 homens entre os quaes dois portuguezes Sebastião de Motta e Diogo Couto. Partiu o navio a 24 de junho de 1503 do porto de Horfleur, fundeou nas Canarias e chegou ás costas do Brasil onde a quarnição desembarcou a 6 ou 7 de janeiro de 1504 em um porto que se julga com fundamento ser o porto de São Francisco. Ahi demoraram-se os francezes alguns mezes porque o navio precisava de serios reparos. Apesar de se terem perdido não só o diario desta viagem, como também a planta e desenhos tirados pelo

tripulante Nicole Lefebre existe ainda a declaração feita como justificativa perante o tribunal de Rouen pelo capitão e demais sobreviventes da expedição. Pelos indigenas que eram da grande tribu dos Carijós, foram os francezes muito bem acolhidos como si fossem anjos descidos do céu. Em troca de pentes, facas, machados e espelhos, os indios traziam abundancia de carne, peixe, fructas, pelles, plumas e raises de tinturaria. Andavam seminus, trazendo de esteiras finas ou de pelles ou pennas, que chegavam nos homens até aos joelhos e nas mulheres até meia tibia. Moravam em aldeias de 30 e mais cabanas, feitas de estacas fincadas e ligadas por terras e folhas e assim também cobertas com uma cobertura para a fumaça. Seus leitos eram de esteira macias, cheias de folhas ou plumas e seus cobertores de pelles ou plumagens. Os utensilios domesticos eram de madeira e até mesmo as panellas, mas revestidas de uma espécie de argilla com quasi um dedo de espessura o que impedia o fogo de as queimar. Passavam uma vida alegre sem grande trabalho, vivendo de caça e pesca e de alguns legumes e raizes que plantavam. O rei deste povo chamado Arosca era um homem de porte grave, estatura media e de olhar bondoso. Tinha cerca de 60 annos, era viuvo com seus filhos, rapazes de 15 a 30 annos e vinha com elles frequentemente ao navio dos francezes. Seu reino tinha a extensão de um dia de marcha e abrangia talvez uma duzia de aldeias cada uma das quaes tinha o seu capitão especial, todas obeleciavam a Arosca que tinha o poder de vida e de morte sobre seus subordinados. Disto viram os tripu-

lantes francezes um exemplo, um rapaz de 20 annos dera em uma ocasião de disputa na própria mãe uma bofetada, do que sabendo o soberano, em hora, a mãe offendida se não queixasse mandou buscar o offensor e o mandou lançar no rio com uma pedra no pescoço, chamados, por aviso publico, todos os mancebos da sua aldeia e das aldeias visinhas e ninguem pode obter remissão nem a propria mãe, que de joelhos veio implorar o perdão do filho.

Arosca vivia em paz com os seus visinhos, mas com elles guerreava com os povos das terras interiores, contra os quaes por duas vezes durante o estadio do navio marchou levando 500 a 600 homens de cada vez. Partiram os francezes a 3 de junho de 1504. Antes da sahida, porém, em signal de terem alli apportado christãos deliberaram os francezes levantar uma cruz. A cerimonia da exaltação é assim descrita por Binot: Fez-se uma cruz de madeira com altura de 35 pés bem pintada, a qual foi levantada em um montículo á vista do mar mediante bonita e devota cerimonia a toque de tambor e trombetas e em dia especial designado que foi o dia da Paschoa de 1504 (Dentro da Bahia de São Francisco ha um pequeno promontorio com o nome - Ponta da Cruz). E foi a dita cruz carregada pelo capitão e porsiguaes pessoas do navio com pés descalços e ajudavam neste trabalho o rei Arosca, seus filhos e cutros magnatas indios. Infinda a cruz deram-se várias vezes descargas de escopetaria e artilharia, houve banquete e fizeram-se donativos a Arosca, aos indios principaes, dando-se-lhes a entender por signaes que deviam conservar e honrar a dita cruz. E nella

estava gravada de um lado o nome do Nosso Santo Padre papa de Roma, do Rei, Nosso Senhor e do Almirante da França e dos capitães dos burguezes e companheiros. De outro lado foi gravado um dístico latino feito pelo Dr. Nicole Lefebre cuja tradição é: Este momento foi aqui consagrado por Binot Paulmier de Gonneville com assistência da população indigena e da geração normanda.

Os francezes fizeram tanta instância para levar alguns indios que o rei Arosca consentiu que o seu filho Essomerio (Iça-Mirim: chefe pequeno), viesse com elles porque promettiam ao pae e ao filho trazel-o de volta dentro de 20 luas. Arosca deu-lhe ainda por companheiro um outro indio chamado NAMOA. Durante a viagem falleceu o indio Namoa, sem ser baptizado, porque Nicole Lefebre como o mais entendido em materia ecclesiastica dizia que seria profanar o batismo, porquanto Namoa não conhecia a crença de nossa santa Madre Igreja. Mas adoecendo também o jovem indio Essomerio, Nicole Lefebre teve escrupulos e lhe administrou o sacramento de Baptismo sendo padrinho o capitão Binot. E parece que o Baptismo serviu de remédio á alma e ao corpo porque o indio melhorou e, chegado em França, casou com uma parente de Binot e nunca voltou para o Brasil, fallecendo em 1583 na França com 96 anos de idade.

Os primeiros missionários entre os Carijós:

Para auxiliar a D. Pedro de Mendora, fundador da cidade de Buenos Aires, mandou o governo espanhol no anno de 1538 três na-

vios carregados de armas e munições, sob o comando de Alonso Cabrera. Nestes vinham seis franciscanos para catechisar os indios. Um dos navios com duzentos homens atracou na Ilha de Santa Catarina e quando continuou viagem ficaram na ilha os frades Affonso de Lebron e Bernardo de Armenta. Foram elles os primeiros missionários que aos indios carijós pregaram a doutrina de Jesus Christo. A 2 de novembro de 1540 partiu, em demanda do Rio da Prata, Alvaro Nunes Cabeça de Vaca, nomeado pelo governo espanhol por doze annos governador de Santa Catharina. Depois de penosa viagem passou pelo rio São Francisco e chegou á Ilha de Santa Catharina. Alvaro Nunes foi muito bem recebido pelos moradores da ilha e os indigenas de outras partes da costa. Por via delles soube que na distancia de 14 léguas, com um lugar denominado «Braça» existiam dois frades franciscanos. Bernardo de Armenta e Affonso de Lebron que na expedição de Alonso Cabrera, dois annos antes, tinham chegado em Santa Catharina e já tinham batizado muitos. Aos frades, devido as suas vestes chamavam os nossos aborigenes de «Paytadura i é padre gafanhoto e Japutereb i é quem lava as faltas ou tira pecados».

Poucos dias depois esses religiosos vieram ter com o governador que os recebeu bem e os animou a converter os habitantes da ilha e das visinhanças. Quando no anno seguinte Alvaro Nunes Cabeça de Vaca deixou a S. Catharina com 250 homens e 26 cavalos para ir por caminho terrestre ao Rio da Prata acompanhavam-no também os dois frades Bernardo de Armenta e Affonso de Lebron. A marcha

dos hespanhoes pelas serrarias cobertas de florestas foi difficillima. Deviam fazer derrubadas e extensas picadas para a passagem dos homens e cavallos. Depois de uma penosa viagem de 19 dias, quando já estavam consumidos os mantimentos, sem perda de um só homem chamam no campo onde encontraram aldeias de indigenas que receberam bem o governador e sua gente.

Esses indios diz o chronista hespanhol chamam-se Guarani — são lavradores que duas vezes por anno semeiam. Cultivam também mandioca, criam gallinhas e patos à maneira da Hespanha e em suas habitações tem muitos papagaios. Comem carne humana dos captivos, fazendo guerra continua entre si. Com quanto resultado os dois frades Franciscanos tem trabalhado entre os Carijós conta o Pe. Nóbrega escrevendo: «Além de São Vicente estão os Carijós e todos dizem que é o melhor gentio desta Costa, entre elles estavam convertidos e baptizados muitos, não há muito tempo que foram ensinados por dois frades franciscanos e tomavam tão bem sua doutrina que já tem casos de recolhimento para mulheres como freiras e outras de homens como de frades. E isto durava muito tempo, até que o diabo levou lá uma mão de salteadores que captivaram muitos delles. Trabalhamos por recolher os tomados, e alguns já temos para os levar à sua terra com os quaes irá um padre dos nossos».

Ao Padre Leonardo Nunes, S. J., coube esta missão do gentio Carijó. Os selviculos o chamavam Abarê-bebê i.é, padre que voa. Por dois annos trabalho entre os Carijós. Em junho de 1554 embar-

cou-se Pe. Leonardo Nunes para ir a Roma, mas dois dias depois naufragou o navio e elle pereceu com quasi toda a tripulação (Cf. Rezenha III, 13).

Sobre estes missionários Franciscanos escreve Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão no Novo Orbe Seraphico Brasileiro, Vol. II, p. 27 o seguinte: De algumas náus de Hespanha que no anno de 1538 navegavão para o Rio da Prata e naufragaram nas costas do Brasil livres do seu estrago com as pessoas foram aportar no Rio dos Patos que corre pelo districto da Capitania de São Vicente e entra no mar em altura de 28 grãos, o Pe. Frei Bernardo de Armiento com quatro companheiros mais todos Hespanhoes e da Seraphica Familia, ainda que não consta de que provincia erão. Ali acharão tres castelhanos que por outros semelhantes acontecimentos do mar havião ido á mesma paragem. Sabião estes já muito bem a lingua da terra, porque habitavão com os naturaes della havião já tres annos. A estes tomarão por companheiros, guias e linguas e dando principio á sua pregação com muito fructo e aproveitamento do gentio, que erão de Nação Carijós, gente muy mansa e a mais domavel de toda a do Brasil, convertendo e bautisando a muitos por toda aquella Capitania até o Paraguai e Rio da Prata para onde fazião de Hespanha esta a sua viagem.

Os primeiros moradores brancos do Itajahy:

Em 1749 principiou a colonisação de S. Catharina pelos colonos das Ilhas Açoritas, cuja primeira remessa chegou em 20 de fevereiro de 1748 e a segunda no dia

25 de dezembro de 1749. Do numero de quatro mil que deviam ser transportado foram embarcado 1.300 pessoas, chegavam por em Santa Catharina só 1.056 colonos. Nos annos seguintes continuavam as remessas até 1.752. Os colonos foram collocados na ilha e na terra firme perto da ilha de Santa Catharina como tambem pelo littoral da terra firme, desde São Francisco, por Itapocoroy, Cubatão, enseada de Brito até Laguna. Si a colonisação açorita não correspondia á esperança do governo é a culpa delle mesmo. Pois não viram os Açoritas cumpridas as promessas que lhes foram feitas ao deixar os patrios lares para tentar a ventura com o novo continente, e nem a respeito, corresponderam alguns governadores as intenções que então tinha o monarca portuguez. Foram sujeitos os colonos ao chegar á terra catharinense ao verdadeiro regime de caserna, obrigados ao serviço militar e aos trabalhos publicos forçados, sem remuneração coagidos a abandonar as suas plantações, por veses, e empregados nas construções de fortalezas, extensas trincheiras, estacadas e de diversos edificios publicos. O recrutamento dos mancebos era feita em massa para preencher os claros da tropa e mesmo para envial-os com numerosos contingentes para as guerras intermináveis mantidas ao sul com os hespanhoes. Um outro regime que muito contribuiu para abater os colonos, desanimal-os, foi o das contribuições forçadas de productos da lavoura, como o da farinha, para attender á alimentação das tropas não só na Capitania como tambem no Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Por causa destes motivos

muitos açoritas deixaram as suas terras, retiraram-se nos mattos e espalharam-se no interior, principalmente desde o tempo em que Francisco Antônio Cardoso de Menezes e Souza era governador — 7 de março de 1.762. Neste tempo de certo chegaram tambem os primeiros açoritas ao Rio de Itajahy; Na linguagem dos indios se chamava Rio TUJUY.

O primeiro dono da Fazenda de Itajahy:

Quando em 27 de fevereiro de 1.777 os hespanhoes se apoderaram da ilha de Santa Catharina era governador da Fortaleza da Barra do Sul o capitão Manoel Gonçalves Leão. O Vice-Rei Marquez do Livradio mandou immediatamente conduzir a todos os governadores e officiaes de Santa Catharina a Rio de Janeiro recolhel-os á diversas fortalezas e abrir rigoroso inquérito. Os filhos do dito capitão Manoel Gonçalves Leão fizeram todos os esforços para defender a innocencia do seu pae na inqualificavel entregue de toda a ilha de Santa Catharina ao inimigo hespanhol sem dar tiro de fusil. Elles foram até a Corte de Lisboa e alçaram uma sentença favorável em 14 de janeiro de 1.786. O decreto diz o seguinte: Capitão Manoel Gonçalves Leão, governador da Fortaleza da Barra do Sul, assas elogiado por seu comportamento e porque já era fallecido se attendam seus serviços aos requerimento de seus filhos em virtude do que perceberão estes até o fallecimento do último, o Capitão. David de Azevedo Leão Coutinho, o soldo que vencia seu honrado pae como si vivo fôra».

Um filho do dito capitão Ma-

noel Gonçalves Leão com o nome Allexandre de Azevedo Leão Coutinho veio com sua mulher Josepha estabelecer a sua moradia na barra do rio Itajahy-assú, no lugar que hoje tem ainda o nome de Fazenda de Itajahy, perto do anno de 1.790. Ahi lhe nasceram uma filha Maria e um filho João Pedro. Depois do nascimento deste último falleceu a mãe Josepha. A filha Maria recebeu por herança bens moveis, casou-se e foi morar em Porto Alegre. João Pedro recebeu uma legoa de terras de frente com duas legoas de fundo da margem do norte do Rio de Itajahy, desde a Pedra de Amolar até a frente de Ilhota. João Pedro recebeu a sua educação do seu tio que era sacerdote. Segundo a afirmação dum filho de João Pedro de Azevedo Coutinho este sacerdote se chamava Domingos, mas nos livros parochiaes de Itajahy e Itapocoroy não se encontra um Padre com o nome Domingos de Azevedo Coutinho mas com o nome Bento Barbosa de Sá Freire Azevedo Coutinho que em 1.805 como vigário estava na capella de São João Bapt. de Itapocoroy e em 1.820 era vigário da Vara de São Francisco.

João Pedro de Azevedo Coutinho sentou praça com dez oito annos. Depois de 14 annos tomou baixa por motivo de molestia e veio morar na terra de sua propriedade perto da Barra de Luiz Alves em 1.825 pouco mais ou menos. Ahi encontrou as suas terras já occupadas por diversas familias po-

bres. Elle escolheu-se uma rapariga destes decendentes açoritas e casou-se com ella. Teve 5 filhos e 5 filhas e morreu em 1.875 com idade avançada.

Alexandre de Azevedo Coutinho casou-se em segundo consorcio com Felicia, com quem teve só uma filha chamada Carolina. Esta casou-se com Benigno Lopes de Mello. Deste matrimonio nasceram Pedro, Antônio, Anna e Maria. Pedro e Maria morreram solteiros. Pedro Lopes de Mello é o tal «Pedrinho da Fazenda». Anna teve um filho que alguns annos depois da morte della morreu tysico. Assim ficaram herdeiros da Fazenda os filhos de Antonio Lopes de Mello, que porem empobreceram e pouco a pouco quasi tudo venderam.

Estes primeiros moradores do Valle do Itajahy encontraram o necessario recurso religioso em Itapocoroy onde em 1.778 o governo tinha feito uma armação de pescaria de baleia. Ahi foi construida uma capella em honra de S. João Baptista que era visitada do padre de São Francisco desde o anno de 1.791 de tempo em tempo.

Itapocoroy tinha uma comunicação naval com Rio de Janeiro e ou'ros principaes portos da Costa do Brasil aonde exportou o azeite em grande quantidade. Mas desde que a pescaria de baleia não deu mais resultado, perdeu o lugar a sua antiga importancia. Em 1917 venderam os ultimos tanques para preparar o azeite de baleia.

Imposto de bebidas fabricadas no Brasil

Transcrito do «Blumenauer Zeitung» de sábado, 14 de agosto de 1897.

O imposto de consumo de bebidas fabricadas no país regula-se pelo Decreto nº. 2421 de 31 de dezembro de 1896, e compreende não só o registro para o respectivo comércio como também o imposto propriamente dito. Todos os fabricantes, administradores e mercadores de bebidas nacionais, por qualquer modo preparados, registrarão anualmente até 31 de janeiro de cada ano, cada casa que tiverem nesse trafego. Pagos os impostos de indústrias e Profissões e outros devidos a Municipalidade, o registro lhes dará direito a esse negócio, seja de exportação, consignação, por grosso ou em grande escala ou a varejo. Pelo registro para o comércio pagarão, de selo o seguinte:

Fábricas	Rs. 100\$000.
Mercadores	Rs. 10\$000.

São consideradas fábricas os estabelecimentos em que forem preparadas bebidas por meio de mecanismos, instrumentos ou vasilhame de qualquer espécie e mercadores todos aqueles que venderem bebidas, pelo que ficam sujeitos ao respectivo imposto. Para o registro se apresentará guias em duplicata, firmados pelo impetrante, com declaração de rua, número e qualidade do negócio.

As guias são transferíveis e cobradas integralmente em qualquer tempo que sejam feitas.

O exercício simultâneo de qualquer indústria no mesmo estabelecimento não exime do registro. Não poderá ser vendido estampilha as casas que não tiverem registro, e as multas impostas as

mesmas serão sempre no máximo. O imposto será cobrado por estampilhas especiais, compradas nas repartições fiscais.

As taxas do imposto serão:

Rs. 60 por litro ou Rs 40 por garrafa de cerveja nacional. Rs. . . 300 por litro de licores comuns ou doces de qualquer qualidade, Rs. 100 por litro de absinto, eucalipto, kiroch, álcool, brandy, conhaç, rum, whisky, aguardente, exceto álcool e aguardente fabricado no país, 1.000 por garrafa das demais de bebidas fermentadas ou vinho de uva, aos vinhos espumosos e aos champagnes, Rs. 50 por litro de águas minerais, artificiais, gasosas ou não. Os donos ou administradores das fábricas organizaram em livro especial, escrita, por onde se possa examinar e fiscalizar mensalmente e diariamente as saídas dos produtos para consumo e o movimento, de estampilhas. Estes livros serão selados e rubricados ou autorizados nas respectivas repartições locais. Tais livros serão examinados pelos fiscais ou por empregados que o chefe da repartição designar.

O imposto recai sobre a venda seja em lugar determinado ou por mercador ambulante: para os efeitos do Regulamento serão considerados fábricas ou estabelecimento em que forem preparadas bebidas. Às pessoas habilitadas ao mercado de bebidas fornecer-se-ão as estampilhas por meio da compra nas estações e repartições competentes em importância nunca inferior a Rs. 60\$000.

Somente as pessoas habilitadas a negociar em bebidas é permitido o fornecimento de estampilhas. As estampilhas serão coladas pelo

fabricante ou mercador pela forma seguinte: Nas garrafas, botijas, frascos etc., sobre a arrolha de modo que as extremidades da estampilha, fiquem também coladas ao gargalo e se inutilisem ao abrir. Nas fábricas e depósitos de bebidas alcóolicas, que tenham barris, pipas, quartolas ou reservatórios com bebidas destinadas a consumo, serão as estampilhas coladas em lugar visível.

Os fabricantes de bebidas acondicionadas pelo modo declarado, deverão manifestar a estação fiscal dentro de trinta dias da publicação deste Regulamento, o consumo dessas bebidas no ano de 1896, servindo isso de base para o cálculo do valor em estampilhas a vender para 1897, bem assim deverão de três em três meses remeter a Repartição um boletim desse consumo para servir de base para os anos seguintes. Para completar a taxa legal poderão ser colados estampilhas de valores diversos. Quando se houver de colocar mais de uma, deve sê-lo seguidamente e nunca sobrepostas, sob pena de só se considerar satisfeito o valor da que em último lugar estiver colada. As estampilhas, consideram-se inutilizadas e sem efeito legal quando fragmentadas ou coladas de modo a poderem ser transferidas e novamente usa-

das e devem ser coladas antes da exposição à venda.

Incorrerá na multa de 200\$000 a 1:000\$000 réis os que expuserem a venda bebidas sem a competente estampilha. Ficam sujeitos a multa de 2:000\$000 réis além das penas do Código Criminal, os que usarem estampilhas falsas ou servirem das que já foram usadas.

Fica combinado a multa de .. 2:000\$000 a 5:000\$000 réis aos estabelecimentos que vendem bebidas fabricadas no país com voluto ou marca estrangeira, a fim de furtar-se ao pagamento do imposto.

Estas multas serão em todos os casos impostos no máximo, quando os fabricantes, mercadores ou negociantes fizerem esse comércio sem competente registro.

Nenhuma transferência de registro se permitirá sem que o vendedor se mostre quite das multas de que porventura seja devedor.

E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados publicou-se o presente edital, ficando em vigor o presente Regulamento desta data em diante.

Coletoria das Rendas de Blumenau, encarregada das da União em 9 de agosto de 1897.

O Coletor.

Francisco da Cunha Silveira

UM POUCO DA HISTÓRIA DE APIÚNA

(Transcrito do livro de Miguel Deretti
"Apiúna nos Meus Apontamentos")

Na história de todos os lugares, sempre existiram personagens assim. Tão populares, tão conhecidos e tão falados, que já não mais se pertencem. Apiúna contou com alguns, ora de aspecto

trágico, ora de aspecto cômico quase sempre caricaturas, ora figuras caritativas e de imensa dedicação.

O negro Caera foi um desses personagens. Dizia ser natural de

Timbé, no litoral catarinense. Por mais de 40 anos foi visto perambulando pelo vale do Itajaí, mas sempre preferia Apiúna para longas pousadas, pois aqui estavam seus maiores amigos. Não havia ninguém que o desconhecesse, especialmente a criançada. Era de ver a sua alegria, quando aparecia o Caera pela estrada, cantando canções típicas, levando a tiracolo um cobertor velho e tendo amarrada uma palha de milho na junta do pé. Não dava importância ao dinheiro. Diríamos um «hippy» a seu modo... Todos lhe davam roupa e comida. Gostava de pinga, que lhe era doada para vê-lo cantar. Um terno, o conservava no corpo até cair em pedaços. Sabia que depois recebia outro dos amigos. Nunca dormia em cama. Pousava nos ranchos, ou mesmo ao relento, com uma fogueirinha acesa ao lado, e não adoecia. Era respeitoso para com todos, inclusive com as crianças. Não pronunciava palavras de baixo calão. Contava fatos e histórias lendárias referentes a sua pessoa. Com seus aproximados 120 anos, faleceu em Apiúna. Seu sepultamento foi solene e acompanhado por muitos amigos daqui. Era filho de escravos. Conheceu governantes e grandes vultos do Império e do início da República. Depois de sepultado, houve quem comentasse: «O Caera nada fez de bom, mas também mal nenhum praticou. Onde o terá Deus colocado?». Foi o seu elogio fúnebre.

XXX

Figura trágica foi Chiaretta. Seu nome todo: Chiaretta Schiochet Macadelli. Aos 6 anos de idade foi vítima dos índios botocudos, que em Guaricanas, do vizinho município de Acurra, assaltaram a

casa de seus pais, tendo presenciado então cenas de grande violência. Estas fortes impressões abalaram-lhe o juízo, manifestando desde então, sintomas de loucura. Casou-se, porém, aos 20 anos e teve filhos. Sempre vacilante e um tanto transtornada, mesmo assim trabalhava com eficiência no governo de sua casa. Outra desventura contudo, penetrou em seu humilde lar: o marido lhe desvirginou a própria filha. Abatida com o relato, Chiaretta foi possuída de sintomas agudos de loucura, e começou a andar sem rumo pelas estradas. Andava o dia todo em círculo vicioso. Ouvia vozes, discutia em italiano com vultos ocultos que lhe pareciam estar dentro das moitas, pastos e matas. Todos a viam assim, penalizados. Quando sua demência não era tão acentuada, voltava para casa e cuidava dos filhos. Os vizinhos ajudavam-na. Às vezes rolava por Seca e Meca, entre trancos e barrancos, levando consigo os próprios filhos. Estes frequentavam a escola com dificuldades. Chiaretta, não obstante sua debilidade mental, tinha um instinto materno extraordinário: dispensava aos filhos os maiores cuidados. Lúcida ou não, era de grande retidão moral. Se as galinhas do vizinho botassem ovos em seu terreiro, prontamente os devolvia. Admirável, no entanto, era sua limpeza corporal. Contratada para trabalhar, as panelas as deixava brilhantes de tanto arear. Chegando em casa de outrem e vendo que o asseio ali não habitava, dispunha-se prontamente a limpar os utensílios, logo perguntando: «Aqui não tem areia ou cinza »

XXX

Uma alma caritativa: a «nonna» Marta Mazzini. Era natural da

Itália, de estatura baixa e trajava à camponesa italiana. Foi a parteira, a enfermeira a farmacêutica, a «entendida», a responsável pela saúde pública de Apiúna, durante quase meio século. Comprava os remédios em Blumenau, na farmácia do boticário João Medeiros. Lidava bem com doses homeopáticas. Fazia curas extraordinárias. Intervenções cirúrgicas, encanamentos de membros quebrados, arrumação de ossos deslocados, tudo o que se referisse a enfermidades era com a «nonna» Marta. Dia e noite era vista a lidar com enfermos, ora numa casa, ora noutra. Condução, servia-lhe qualquer uma, e quando a não havia, punha-se a pé pelas picadas em demanda de pessoas que dela necessitassem. A parturiente, quando via a «nonna» a seu lado, sentia-se segura. Era mulher de fé, e enquanto punha em prática sua ginecologia, rezava a oração de Nossa Senhora do Bom Parto. Cheia de cuidados, só descansava quando nascia o esperado p'impolho. Se fraco ou doente batizava-o imediatamente. Não tinha a profissão como meio de vida, mas para servir. Algumas gerações nasceram em suas mãos! Era alegre, gentil, disposta e culta. Lia muito. Contava belíssimas histórias de sua pátria. Quem chegasse em sua casa, não saía sem tomar um cafezinho. E se por acaso estivesse a fumar a polenta no tradicional tacho, tinha o visitante que lhe fazer companhia no apreciado manjar, com apetitoso queijo colonial, por ela preparado. Faleceu em José Boiteux, com mais de 100 anos de idade.

XXX

No início da colonização de Apiúna, antes de «Frau» Rosemann, a parteira foi «Frau» Schütz, for-

mada na Alemanha. Tinha o título de doutora. Não temos, porém, dados sólidos sobre sua pessoa.

XXX

Vamos à vida filantrópica e edificante de «Frau» Rosemann. Foi outro «nonna» Marta. Exercia a mesma profissão. Mulher piedosa, era muito estimada. Desejava fazer o bem e não se abespinhava em receber pouca remuneração. Qualquer coisa lhe pagava o trabalho. Como a «nonna», sua ânsia era servir, amar o seu semelhante. Vem a propósito o que dizem as Escrituras: «A mulher se salvará pelos filhos que der ao mundo». E a atividade das parteiras não era pouca, pois as mulheres de então tinham de 10, 12 a 18 filhos...

XXX

Como obstétricas, a «nonna», Marta e «Frau» Rosemann foram substituídas por Da. Maria Favero Bernardi. Com seus 16 filhos a sustentar, viúva, ainda dispunha de esforçados momentos para atender às parturientes. Hoje vemo-la com os seus invejáveis 84 anos, sempre atarefada entre os netos, a quem preza com extraordinário carinho.

XXX

Outro personagem, também muito popular e que a todos atendia, foi Antônio Tijucano. Era assim um José Dias de Machado de Assis em «Dom Casmurro». Teotônio Luiz de Souza, vulgo Antônio Tijucano, socorria à pobreza de aqui, assim como de outras localidades do Vale, com produtos homeopáticos apropriados. Era famoso por sua bondade e perícia. Conhecía os sintomas das doenças e realizava não poucas curas.

E como tudo é o histórico do lugar, relatarei aqui um fato acontecido com um senhor, por todos conhecido por sua criteriosidade,

experiência, virtude e cultura. Foi no dia da festa do Corpo de Deus. Um grupo de homens estava a lidar na preparação de um altar, na praça. Os minutos corriam. Chegava a hora da procissão e o altar não estava concluído. O padre, apressado, esteve várias vezes junto à turma insistindo que apurassem. A certa altura, o referido senhor, já com as

medidas cheias, perdeu as estribeiras e voltando-se para o sacerdote, sentenciou: «Faze o que podes, pois a cada momento basta o teu cuidado» — palavras de Cristo — Sermão da Montanha». O padre saiu de fininho, e depois comentava à boca pequena: «O Fulano hoje me fez a barba». O homenzinho que fez a barba ao padre.

Aconteceu...

DEZEMBRO DE 1990

— DIA 1 — A Escola de Dança do Teatro Carlos Gomes, encerrou seu ano letivo com maravilhoso espetáculo de danças clássicas. A primeira apresentação esteve a cargo das alunas infanto-juvenil, que apresentaram 11 danças clássicas. Num segundo movimento, as alunas adolescentes e adultas fizeram o espetáculo com seis danças. Foi uma noite muito aplaudida.

— DIA 2 — A Escolinha de Artes Monteiro Lobato promoveu a abertura oficial de uma exposição dos trabalhos de seus alunos. Foi uma solenidade bonita, com a presença de muitas pessoas.

— DIA 2 — A partir deste dia, foi iniciada uma ação conjunta da Secretaria de Saúde do Município de Blumenau e a SUCAM para o combate ao mosquito transmissor da dengue e da febre amarela.

DIA 4 — O artista plástico Alfredo Bellicanta iniciou sua exposição, de quarenta obras, no saguão da FURB. A solenidade de abertura contou ainda com recital de Mallet, interpretando poemas de Cecília Meireles. Segundo a imprensa, "tão expressivo quanto a qualidade estética dessas obras é o valor do trabalho de pesquisa de materiais desenvolvidos pelo escultor nesses 30 anos".

— DIA 4 — Com a presença de numerosas pessoas convidadas, realizou-se, no Museu da Família Colonial, desta Fundação, junto ao Parque Botânico "Edith Gaertner", o copuetel de lançamento do CALENDÁRIO CREMER-1991. A solenidade de abertura realizou-se às 19,00 horas, contando com a presença, ainda de todos os diretores e assessores da Cremer S.A. Produtos Têxteis e Cirúrgicos.

— DIA 5 — Com o apoio cultural CALYPSO o escritor Guilherme Zarvos promoveu a noite de autógrafos para o lançamento de seu romance "Beijo na Poeira". Os convidados foram recepcionados com um coquetel.

— DIAS 5/6 — "A Última Primeira Flor" foram os dois notáveis espetáculos levados a efeito no Teatro Carlos Gomes, com a participação de 100 bailarinas, alunas da Academia Master, com uma impressionante abordagem do problema da atualidade — Ecologia — através da dança e do teatro de expressão. O espetáculo teve a mais expressiva repercussão e muitos aplausos, pela oportunidade da iniciativa e criatividade.

— DIA 7 — Com o objetivo de fazer um balanço geral da vitoriosa promoção realizada na PROEB — A Semana Verde — o Departamento de Cultura, promotor do evento, através de seu diretor Frank Graf, realizou uma importante reunião com todos os participantes do evento, para avaliar o que foi positivo e o que pode ter sido negativo,

para aperfeiçoamento constante das promoções futuras deste gênero — uma iniciativa muito oportuna e por todos aplaudida.

— DIA 8 — O aplaudido coral Camerata Vocale, apresetnou, a partir das 20,30 horas, no Teatro Carlos Gomes, o Concerto de Natal, que levou àqueia casa de espetáculos numerosa assistência que não regateou fartos aplausos pela beleza na arte e na emoção que lhe proporcionou o espetáculo dirigido pelo maestro Telmo Elias Locatelli.

— DIA 8 — Uma forte ventania que desabou sobre alguns bairros de Blumenau, trouxe como consequência a queda de uma árvore que, ao tombar, destruiu parcialmente a residência do sr. Vilmar Oliveira, situada no Loteamento "Armando Liberato". Felizmente não houve vítimas.

— DIA 8 — Mais de 100 ginastas representando oito Estados participaram das disputas da Copa Nacional Sul Fabril/Ipiranga, de Ginástica Rítmica Desportiva. A abertura dos jogos deu-se com tocante solenidade civico-esportiva, tendo por local o Ginásio da Sul Fabril, à rua Itajaí.

— DIA 8 — O Centro Cultural 25 de Julho promoveu, em sua sede, o Grande Concerto de Natal, com a participação dos corais Misto, Masculino Liederkrantz e Infanto-Juvenil. O espetáculo atraiu grande numero de associados lotando completamente o recinto.

— DIA 12 — Na Galeria Municipal de Artes, o Centro de Atividades de Blumenau do SESI realiou um coquetel de lançamento da "Antologia Blumenauense de Dramaturgia". O evento contou com a presença de numeroso público.

— DIA 12 — Como parte da temporada de 1990, da Pró Música de Blumenau, da Escola Superior de Música do Teatro Carlos Gomes, apresentou-se com grande sucesso, o Trio Modulus integrado por Eleonora S. Tiago Bogado, Paulo Cesar Charles e Umberto Frantz Grillo.

— DIA 14 — O Orquestra de Câmara de Blumenau, dentro do programa "Concertos para a Comunidade," apresentou-se na Comunidade Evangélica do bairro da Velha e, no dia seguinte, na mesma Comunidade do bairro do Garcia. Ambos os espetáculos, denominados de Concerto de Natal, contaram com lotação plena e o admirável conjunto musical recebeu calorosas palmas pela beleza da apresentação e a variedade dos números apresentados. Esta foi uma iniciativa do Departamento de Cultura da Prefeitura.

— DIA 17 — No plenário da Câmara de Vereadores, às 18 horas, o Serviço Nacional da Indústria — SESI — fez entrega dos certificados aos 20 escritores/poetas que foram escolhidos entre os 128 trabalhos apresentados no 2º. Concurso Sesiano da Poesia Operária.

— DIA 19 — No Teatro Carlos Gomes realizou-se o grande concerto de Natal, como encerramento, também, das atividades da Orquestra de Câmara relativo ao ano de 1990. Um programa muito bem selecionado pelo maestro Norton Morozowicz encantou a numerosa platéia que foi ao TCG para aplaudir à hoje conceituada orquestra inclusive no exterior.

— DIA 21 — O vereador Lio Ôge Gaya foi eleito presidente da Câmara de Vereadores para o biênio 91/93.

— DIA 24 — Um incêndio destruiu o Super Mercado Mini-Box, de Salto do Norte, causando um prejuízo de cerca de 25 milhões de cruzeiros. A causa, segundo foi apurado deve-se a um curto-circuito nas instalações elétricas.

FUNDAÇÃO "CASA DR. BLUMENAU"

Instituída pela Lei Municipal nr. 1835, de 7 de abril de 1972.
Declarada de Utilidade Pública Municipal pela Lei nr. 2.028, de 4/9/74.
Declarada de Utilidade Pública Estadual pela Lei nr. 6.643, de 3/10/85.
Registrada no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas de Natureza Cultural do Ministério da Cultura, sob o nr. 42.002219/87-50, instituído pela Lei 7.505, de 2/7/86.

83015 B L U M E N A U

Santa Catarina

INSTITUIÇÃO DE FINS EXCLUSIVAMENTE CULTURAIS

SÃO OBJETIVOS DA FUNDAÇÃO:

- Zelar pela conservação do patrimônio histórico e cultural do município;
- Organizar e manter o Arquivo Histórico do Município;
- Promover a conservação e a divulgação das tradições culturais e do folclore regional;
- Promover a edição de livros e outras publicações que estudem e divulguem as tradições histórico-culturais do Município;
- Criar e manter museus, bibliotecas, pinacotecas, discotecas e outras atividades, permanentes ou não, que sirvam de instrumento de divulgação cultural;
- Promover estudos e pesquisas sobre a história, as tradições, o folclore, a genealogia e outros aspectos de interesse cultural do Município;
- A Fundação realizará os seus objetivos através da manutenção das bibliotecas e museus, de instalação e manutenção de novas unidades culturais de todos os tipos ligados a esses objetivos, bem como através da realização de cursos, palestras, exposições, estudos, pesquisas e publicações.

A FUNDAÇÃO "CASA DR. BLUMENAU", MANTÉM:

Biblioteca Municipal "Dr. Fritz Müller"
Arquivo Histórico "Prof. José Ferreira da Silva"
Museu da Família Colonial
Horto Florestal "Edith Gaertner"
Edita a revista "**Blumenau em Cadernos**"
Tipografia e Encadernação

CONSELHO CURADOR: Presidente — Frederico Kilian; vice-presidente — Urda Alice Klueger.

MEMBROS: Julio Zadrozny — Sra. Ilse Schmider — Martinho Bruning — Ernesto Stodieck Jr. — Ingo Wolfgang Hering — Aiga Barreto — Rolf Ehlke — Arthur Fouquet e Frank Graff.

DIRETOR EXECUTIVO: José Gonçalves

MUITA GENTE QUE FEZ A HISTÓRIA COLONIZADORA EM NOSSA REGIÃO, JÁ VESTIA A MACIEZ DAS CAMISETAS E ARTIGOS HERING.

QUANDO SE FALA NA HISTÓRIA DE NOSSOS PIONEIROS, LEMBRA-SE DOS IRMÃOS HERING, QUE HÁ MAIS DE CEM ANOS INSTALARAM A PRIMEIRA INDÚSTRIA TÊXTIL EM BLUMENAU.

HOJE "BLUMENAU EM CADERNOS" E A HERING TÊM MUITO EM COMUM. ACREDITAMOS NA NOSSA TERRA E NOS VALORES DA NOSSA GENTE.



Cia. Hering
BLUMENAU - SANTA CATARINA